

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXII, número 63, Janeiro-Abril/2009



ISSN - 0103-5576

BOLIVIANOS

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação do CEM voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cutti

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Alfredo J. Gonçalves

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Odaír da Cruz Paiva

Oscar R. López Maldonado

Oswaldo M.S. Truzzi

Sidney A. da Silva

Conselho Consultivo

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa

Foto: Arquivo do Centro Pastoral do Migrante

Arte: Maxprint Editora e Gráfica Ltda

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Maxprint Editora e Gráfica Ltda - Fone:(11)4815.4331

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@cemsp.com.br ou cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

ÍNDICE

PRECISA-SE:

**BOLIVIANOS NA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES
EM SÃO PAULO**

Carlos Freire da Silva.....5

**A CIDADE DE *EL ALTO* E OS FLUXOS
DE BOLIVIANOS PARA SÃO PAULO**

Iara Rolnik Xavier.....12

PARA SAIR DO CONFINAMENTO

**A EXPERIÊNCIA DAS VISITAS ÀS OFICINAS DE COSTURA
DE IMIGRANTES BOLIVIANOS NO QUADRO DO PROJETO
*SOMOS HERMANOS***

Sidnei Marco Dornelas.....20

ROMPENDO BARREIRAS

**OS BOLIVIANOS E O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE
NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Elaine Cristina Camilo da Silva.....26

**UNIÕES EXOGÂMICAS DOS IMIGRANTES
BOLIVIANOS NA FRONTEIRA DO BRASIL**

Wilson Fusco

Sylvain Souchaud.....32

**MULHERES MIGRANTES NA FRONTEIRA
BRASIL-BOLÍVIA**

Roberta Guimarães Peres

Rosana Baeninger.....39

A TRAVESSIA ESTÁ EM TRAVESSIA

A pós um ano de gestação, em maio de 1988, sob a responsabilidade do Conselho Editorial – composto por pesquisadores de diferentes áreas comprometidos com a causa dos migrantes – o CEM lançou uma nova publicação. Nova e inovadora: porque aberta à pluralidade de enfoques, porque voltada à socialização da produção acadêmica, porque gerida democraticamente e, ao mesmo tempo, engajada nos movimentos sociais.

Vinte e um anos se passaram, período relativamente breve, mas denso de mudanças, mudanças em todos os níveis e esferas da organização social; mudanças na vida acadêmica e mudanças no palco da história dos que compõem a razão de ser desta publicação – os migrantes.

A Travessia nasceu sob o rescaldo da mais intensa mobilização geral e rápida transferência de população do campo para a cidade. Carências de toda ordem eclodiram em movimentos sociais de Norte a Sul. Os estudos, não se limitando ao viés estatístico, ensaiavam novos olhares, privilegiando os processos sociais em que os migrantes viam-se envolvidos. A cultura, os espaços de chegada, as trajetórias e a memória foram ganhando lugar. Às migrações internas e às de ontem, logo se somaram, num processo de uma globalização crítica, as internacionais, e o Brasil transformou-se também num país de emigração e de imigração, obedecendo à cadência da nova divisão internacional do trabalho ditada pela reestruturação produtiva. Estas, entre outras, são algumas das mudanças que a revista Travessia refletiu ao longo das duas décadas de sua existência.

Mas há outras mudanças, ligadas ao próprio perfil da Travessia e à sua especificidade enquanto ponte entre o estudo e a ação pastoral-social – ressalte-se, em nada desvinculadas ao contexto mais amplo, social, acadêmico e técnico-editorial-gráfico –, que exigem adaptação permanente de um veículo que trata da mobilidade. Informamos pois, a você assinante, leitor e colaborador da Revista do Migrante, que o Conselho Editorial iniciou um processo de avaliação. A Travessia está em travessia. Adiantamos apenas, por ora, que ela deixará de ser monotemática, e com isso, você que tem uma preocupação para além do âmbito estritamente acadêmico, encontrará maior facilidade em socializar os resultados de suas reflexões, em divulgar relatos de experiências, contos que retratem a realidade dos migrantes.

Enquanto isso, no velho estilo, apresentamos o n. 63 dedicado à migração dos bolivianos, sem sombra de dúvidas assunto da pauta do dia em cidades como São Paulo ou Corumbá, que constituem, aliás, o pano de fundo da maior parte dos textos. Se até há pouco tempo nas escolas e universidades o mote dos estudos voltados para os migrantes recaía sobre os nordestinos, hoje ele recai sobre os bolivianos e outros hispano-americanos. Para além do que já foi estudado e divulgado, os autores trazem novidades, vale conferir.

Dirceu Cutti

TRAVESSIA - NÚMEROS PUBLICADOS

- | | | |
|--------------------------------|--|--|
| 01 - Sazonais | 23 - Metrópole | 43 - Imprensa & Literatura |
| 02 - Cidade | 24 - Índios e Territórios | 44 - Etnias |
| 03 - Fronteira Agrícola | 25 - Deslocamentos Compulsórios
& Restrições à Migração | 45 - Mobilidade & Flexibilidade |
| 04 - Violência | 26 - Mulher Migrante | 46 - Sagrado |
| 05 - Voto | 27 - Nomadismos | 47 - Cotidiano |
| 06 - Barragens | 28 - Meio Ambiente | 48 - Fronteiras |
| 07 - Cultura | 29 - Albergue | 49 - Narrativas |
| 08 - Trabalho | 30 - Clandestinidade | 50 - Políticas Públicas |
| 09 - Família | 31 - Festas | 51 - Preconceitos |
| 10 - Religião e Religiosidades | 32 - Memória | 52 - Legado de Scalabrini |
| 11 - Estrangeiros | 33 - Mercosul | 53 - Implicações Psicológicas |
| 12 - Educação | 34 - Associações | 54 - Espaço Urbano |
| 13 - Pena de Morte | 35 - Gerações na Migração | 55 - Brasileiros no Exterior |
| 14 - Migrar e Morar | Nº Especial - O Retorno (Sayad) | 56 - Alteridades |
| 15 - Tempo e Espaço | 36 - Um Olhar Retrospectivo | 57 - Acolhida & Hospitalidade
Bíblia e Pastoral |
| 16 - Desemprego e Subemprego | 37 - Refugiados | 58 - Acolhida & Hospitalidade
Cultura e Sociedade |
| 17 - Imagens | 38 - Bairros e Vizinhanças | 59 - Filhos da Migração |
| 18 - Novas Tecnologias | 39 - Assentamentos | 60 - Perdas e Ausências |
| 19 - Identidades | 40 - Redes | 61 - Temporários |
| 20 - Saúde | 41 - Migração Laboral | 62 - Segregação |
| 21 - Emigração | 42 - Linguagens e Símbolos | |
| 22 - Retorno | | |

*Prezado Assinante, leitor ou colaborador,
Não só a Travessia está em processo de mudança, bem como
nossa página eletrônica do CEM. Informamos que em breve
você poderá contar com as informações de que necessita.
Mas uma coisa é certa, você pode adquirir exemplares dos
números anteriores a qualquer momento, basta contatar-nos.*

**Nossa página: www.cemsp.com.br
e-mail: cemsp@cemsp.com.br**

PRECISA-SE:

bolivianos na indústria de confecções em São Paulo

*Carlos Freire da Silva **

Este texto¹ discute a situação de trabalho dos bolivianos na indústria de confecções em São Paulo. Procura-se analisar como as mudanças que ocorreram neste setor de atividades colaboraram para que este fluxo migratório assumisse as dimensões e as características que tem hoje. No final dos anos 80 e, principalmente, no decorrer dos anos 90, a produção de vestuário na cidade passou por um processo de transformação profunda, com a intensificação das terceirizações na gestão de mão-de-obra. O número de empregos formais neste setor diminuiu drasticamente, passando de 180 mil em 1988 para apenas 80 mil em 2000, ou seja, menos da metade (Pochmann, 2004). Estes números não refletem uma perda de dinamismo do setor, ou uma suposta saída em massa destas empresas da cidade, e nem mesmo algum tipo de implemento tecnológico poupador de mão-de-obra. Neste período, a participação deste setor na economia da cidade aumentou e ganhou destaque pelo seu desempenho (Kontic, 2007). Ao mesmo tempo, se difundiam pela periferia da cidade, em algumas partes específicas da zona leste e norte, oficinas de costura subcontratadas que

prestam serviços terceirizados às empresas confeccionistas do Brás e do Bom Retiro, fazendo aumentar o peso de trabalho informal.

Podemos falar em uma afinidade entre o crescimento do mercado de trabalho informal e o crescimento das imigrações irregulares. Por um lado, estes imigrantes teriam um espaço de atuação restrita no mercado e suas oportunidades de inserção na vida econômica das cidades que os recebem costumam ser bem limitadas; por outro lado, a reestruturação das atividades produtivas fez crescer a demanda por trabalhos mal remunerados e abaixo das restrições trabalhistas, onde geralmente os imigrantes não documentados são empregados; e por fim, o aumento da circulação mundial de pessoas, mercadorias e dinheiro criou uma série de oportunidades para negócios baseados nestas transações transnacionais e nas vantagens comparativas entre os países.

No Brasil, o tema das imigrações clandestinas ainda é algo pouco discutido, até porque o país envia mais migrantes do que recebe (Patarra, 2005). A relação com o mercado de trabalho informal só foi pensada do ponto de vista das migrações internas e a formação de um excedente de mão-

de-obra nacional nos processos de urbanização. No entanto, em grandes cidades como São Paulo, a imigração irregular e a inserção destes grupos em mercados informais começa a ganhar importância, mesmo em um contexto em que existe um amplo excedente de mão-de-obra nacional. O fato é que muitas das questões apresentadas acima começam a assumir dimensões urbanas relevantes para a cidade, como no caso dos imigrantes bolivianos.

Desde meados dos anos 80 se intensificou o fluxo de imigrantes bolivianos para São Paulo. Rapidamente eles se tornaram o maior grupo de imigrantes latinos na cidade. Estas migrações não podem ser explicadas apenas pelo argumento das diferenças econômicas entre Brasil e Bolívia, isto não explica o porquê de certos destinos peculiares e nem a ligação com algumas atividades específicas. No caso dos bolivianos, podemos notar que este processo de imigração mais recente está estritamente vinculado ao circuito das confecções. A hipótese trabalhada aqui é de que foram as mudanças no setor de confecções que deram o impulso para que este fluxo migratório assumisse o peso que tem hoje. Há uma relação entre as mediações em

torno das quais a migração ocorre e a sua posterior atuação na cidade no setor de confecções. Não são imigrantes que, uma vez estando aqui, por coincidência, vão ser empregados nas confecções. Eles já vêm da Bolívia com um destino certo de trabalho. Os próprios donos de oficinas de costura tratam de encaminhar as suas viagens, ou então eles vêm atrás de familiares que já se encontram aqui trabalhando com costura. Pode-se dizer que a intensificação deste fluxo migratório está associada às mudanças no setor das confecções na cidade e acompanha o seu desenvolvimento recente, ou seja, é pelas vias desse circuito e pelas redes que se estruturam a partir dele que, em parte, se faz a mediação pela qual se dá sua grande afluência para São Paulo.

AGENCIAMENTOS MIGRATÓRIOS: CIRCUITOS CRUZADOS

O fluxo migratório de bolivianos para a cidade de São Paulo teve início ainda na década de 1950. Neste período inicial as características desta migração eram bem diferentes dos dias atuais. Os primeiros migrantes bolivianos eram estudantes que vieram completar seus estudos e acabavam permanecendo na cidade, atuando como profissionais liberais. Muitos deles vieram por motivos políticos, devido às sucessivas crises governamentais e intervenções militares que o país passou nas décadas de 60 e 70. De forma que o perfil destes primeiros imigrantes é diferente do perfil dos imigrantes mais recentes, além de uma quantidade bem menos expressiva. Em sua maioria, eram imigrantes de classe média, em grande parte com formação em ensino superior, muitos deles tendo se destacado aqui como médicos, dentistas, contadores, advogados. A

própria possibilidade de inserção no mercado de trabalho nacional brasileiro também era outra, quando o país passava por um momento de crescimento industrial vigoroso, durante o período do milagre econômico. A partir de meados dos anos 80, este perfil de imigrantes bolivianos começa a se alterar gradualmente, passando a um padrão de mão-de-obra pouco qualificada em busca de trabalho, em uma quantidade bem mais expressiva e uma forma de ingresso no país caracterizada pela clandestinidade.

As transformações econômicas da Bolívia na década de 80 ajudam a entender a mudança no perfil destes imigrantes. Segundo Sidney A. da Silva (1997), haveria dois fatores que teriam colaborado para intensificar as emigrações no país. Primeiro a crise no setor mineiro, principal atividade econômica do país que acabou gerando certa desproletarização do mercado de trabalho, depois uma reforma agrária que teve como efeito a evasão do campo e o inchaço das cidades em um processo de urbanização que não foi acompanhado de industrialização e formação de um mercado de trabalho estável. De acordo com o autor, foi neste período que a população urbana ultrapassou a população rural na Bolívia, mas como as cidades não ofereciam muitas perspectivas, com os altos índices de desemprego e a instabilidade da economia, muitos bolivianos começaram a emigrar do país. De fato, a Bolívia se tornou um país fornecedor de migrantes. A emigração ganhou tamanho peso no país, a ponto de que hoje se estima que 20% da população viva no exterior, de acordo com informações do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia seriam 8 milhões de habitantes e 2 milhões de migrantes espalhados pelo mundo².

No entanto, estas mudanças internas na Bolívia não são condições suficientes para explicar o processo migratório, não se trata apenas das diferenças econômicas da Bolívia com os demais países que recebem seus migrantes. No caso de São Paulo, isto não explicaria as particularidades da migração atual, a vinculação dos bolivianos a um setor específico de mercado e até mesmo o padrão de dispersão destes bolivianos pela cidade. É importante levar em conta quais as condições em São Paulo que criaram canais específicos para a atuação destes imigrantes na cidade. Neste sentido, os caminhos cruzados entre a migração boliviana e a migração coreana parecem ter desempenhado um papel importante.

Segundo a historiadora Keum Choe (1991), os primeiros coreanos vieram para o Brasil em 1962, depois de um acordo entre os governos dos dois países. A princípio, viriam para trabalhar no campo, mas logo muitos deles se mudaram para São Paulo. Na cidade, primeiramente eles passaram a atuar no comércio varejista, mas na medida em que crescia este fluxo migratório, muitos deles passaram a atuar no setor de confecções, produzindo artigos populares de vestuário. Alguns já trabalhavam com este setor antes de terem deixado seu país:

"(...) quando os imigrantes da década de setenta chegaram, trouxeram consigo capital. Dentre eles, os que trouxeram uma quantidade maior de capital, alguns se estabeleceram desde logo no ramo de confecções, dando continuidade aqui ao que faziam na Coreia" (op. cit, p. 98).

O sucesso do grupo no setor foi bem expressivo, pois contavam com

um sistema próprio de financiamento³ e de relações privilegiadas com empresários da Coréia do Sul no setor têxtil, atuando mais tarde também como importadores de tecidos sintéticos (Kontic, 2001). Além disto, no princípio eles utilizavam mão-de-obra irregular, empregando os próprios compatriotas que chegavam à cidade. A Argentina também foi outro destino dos imigrantes coreanos e lá também muitos se estabeleceram na produção de artigos de vestuário. O governo brasileiro chegou a impor restrições à migração coreana na década de 70, muitos deles passaram então a vir para o Brasil entrando clandestinamente pela Bolívia. Passavam algum tempo no país andino, sendo que alguns também se estabeleceram por lá no setor de confecções, até viajarem clandestinamente para o Brasil. Segundo Choe, existiriam até agenciadores coreanos, os chamados *brokers*, que tratavam de garantir as condições de viagem e, sobretudo, a passagem através da fronteira Bolívia-Brasil (1991, p. 111). O Brasil, por sua vez, também serviu de escala para muitos coreanos que tinham como destino final os EUA. Mesmo tendo saído do seu país, eles mantêm os vínculos com sua terra natal, se valendo do desenvolvimento da indústria têxtil e da indústria de máquinas de confecção coreanas, e também desta forma de financiamento baseado no sistema *Kye* para se estabelecerem nos principais centros de produção de vestuário do mundo.

O fato é que estes dois fluxos de imigrantes, que em momentos distintos se direcionam para a cidade de São Paulo, se cruzam e se articulam em torno do desenvolvimento do setor de confecções. O circuito que, a princípio, serviu para a migração dos coreanos passou a ser acionado também para a migração dos próprios bolivianos, cada

qual ocupando lugares distintos nesta cadeia produtiva. Vemos a formação de agenciamentos que cruzam fronteiras, se concentram na cidade e colocam em movimento dinâmicas que se articulam em torno da produção do setor. Os coreanos se destacaram principalmente na década de noventa, apontados como atores fundamentais na reestruturação do setor que já vinha em processo de mudança, devido à estagnação econômica dos anos 80, à maior competição resultante da abertura econômica e a um começo de década ruim para a economia brasileira durante o governo Collor (Kontic, 2001; Garcia e Moreira, 2004). Depois deste período, a indústria de vestuário se reergueu e assumiu papel de destaque na participação econômica do município, sendo atualmente um dos setores que mais agrega valor na indústria de transformação da cidade (Kontic, 2007). Do mesmo modo, foi justamente neste período de recuperação do setor que houve um grande salto na vinda de bolivianos para a cidade, em um fluxo que acompanha as oscilações deste mercado.

Hoje a imigração de bolivianos ganhou densidade e uma dinâmica própria, mas ainda muito vinculada às confecções. Os coreanos não são os únicos a se valerem do trabalho das oficinas de costura dos bolivianos, eles prestam serviços de costura terceirizada à praticamente todos os segmentos de produtos da indústria de confecções e aos outros grupos que atuam como produtores neste mercado como judeus, libaneses, brasileiros e os próprios bolivianos também. Aqueles que já estão na cidade servem de referência e ponto de apoio para que outros bolivianos venham. Ao conseguirem montar sua própria oficina, mobilizam suas redes de proximidade para trazerem parentes, amigos e conhecidos para trabalharem

com costura. Em alguns casos, os donos de oficina aproveitam o período de baixa temporada nas encomendas de costura durante o primeiro trimestre do ano para visitarem a terra natal e voltam com mais pessoas quando existe a necessidade de expandir a capacidade de produção de suas oficinas.

Assim, a viagem costuma ser mediada de alguma forma. É difícil alguém que venha sem nenhuma referência dos lugares que deve procurar e os contatos que precisam estabelecer. Os imigrantes entram irregularmente pela fronteira, ou com documentos falsos, ou com vistos temporários de turistas, e no geral já vêm com as indicações sobre o local de trabalho. Há todo um mercado irregular que se forma pelas oportunidades geradas em torno da facilitação da imigração irregular, seja na falsificação de documentos, na compra de vistos, ou na corrupção de agentes fiscais da fronteira. É um mercado irregular criado justamente em função das dificuldades em fazer a migração de forma regular, e que se transforma em mais um nicho de exploração econômica. De modo que, além dos custos com as passagens, cruzar a fronteira e fazer a viagem até a cidade de São Paulo exige recursos e investimentos por parte do imigrante. Em grande parte dos casos, estes recursos são financiados pelos futuros empregadores em troca dos primeiros meses de trabalho.

Estes agenciamentos que vemos em torno da imigração dos bolivianos articulam lugares distintos através de fronteiras políticas, contornam as regulamentações de Estado e criam canais para a circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro. Tais agenciamentos têm na cidade de São Paulo um ponto de ancoragem fundamental que se desenvolve em

torno da indústria de confecções. Podemos dizer que são formas particulares de circulação que se conectam com formas específicas de produção, uma mobilidade que é acionada pela demanda por este tipo de trabalho subcontratado, característico deste setor da indústria paulistana. Por um lado, estes agenciamentos facilitam o processo de imigração ao estabelecerem mediações para que ela ocorra, no entanto, por outro lado, envolvem riscos que se distribuem desigualmente para os imigrantes não documentados que vivem sob a constante incerteza gerada pela imigração irregular em si, que os deixa em situação fragilizada, sem muitas possibilidades de defesa contra a extrema exploração do seu trabalho, sujeitos a multas e sob a ameaça de deportação; e os riscos para os seus empregadores diretos nas oficinas, que podem ter que pagar multas ou até serem presos pelas condições em que mantêm seus empregados e por serem responsabilizados pela promoção da imigração irregular.

TRANSFORMAÇÕES DA INDÚSTRIA E A INSERÇÃO DOS MIGRANTES BOLIVIANOS

Como já foi dito, a indústria de confecções passou por um processo de reestruturação no qual houve uma descentralização na confecção dos artigos de vestuário. A produção passou a depender da interação entre empresas com características muito distintas e com status muito desiguais no mercado, sendo o controle dos momentos estratégicos da produção o fator que estabelece uma hierarquia entre elas. As empresas confeccionistas do Brás e do Bom Retiro diminuíram o tamanho de suas plantas industriais e se concentraram na

criação, modelagem, corte de tecidos e comercialização dos produtos finais. Elas deixaram o padrão de produção em grande escala de uma mesma série de artigos. A terceirização foi uma estratégia de gestão de mão-de-obra para lidar com uma produção diversificada, de séries de pequenas escalas e que mudam constantemente de acordo com as variações nas tendências da moda.

Neste processo houve uma proliferação de oficinas de costura nos bairros das ex-operárias das fábricas, que montavam suas oficinas como uma alternativa ao desemprego. De modo que, através das encomendas de costura, se estabeleceu uma dinâmica que muito concretamente vincula o Brás e o Bom Retiro a alguns bairros da zona leste e zona norte da cidade. As mulheres se organizam entre si e mobilizam as suas redes para conseguir cumprir as encomendas de costura e para tentar garantir as encomendas futuras, o que define um perímetro urbano por onde circulam as encomendas. A inserção massiva dos bolivianos na indústria de confecções ocorre justamente através destas encomendas de costura.

Um dos fatores que ilustram esta relação se expressa na coincidência dos lugares onde eles se concentram na cidade e nas redes por onde passa este circuito. A região do Brás e do Bom Retiro, onde está localizada a maior parte das empresas que produzem roupas na cidade, também apresenta a maior densidade deste grupo de imigrantes. Suas oficinas de costura não ficam exatamente no mesmo lugar em que estão as empresas, mas sim nas áreas próximas e nos bairros adjacentes como Belenzinho, Cambuci, Pari, Canindé onde o aluguel é mais barato, e em áreas de cortiços e nas ocupações de prédios na região central da cidade.

Também estão presentes na periferia, em bairros distantes do centro, em áreas que têm uma relação histórica com estes primeiros polos industriais da cidade e que concentram as ex-costureiras das fábricas. Destaca-se, em especial, a zona leste, por onde circulam as encomendas de costura entre as oficinas dos bolivianos e das ex-operárias das fábricas, nos distritos da Penha, Itaquera, Guaianazes, Lajeado e Cidade Tiradentes. Além disso, estão presentes na zona norte, em bairros da Casa Verde, Vila Maria e Vila Guilherme. Durante nossa pesquisa de campo foram citadas várias referências de lugares em que existiriam grandes concentrações de bolivianos na cidade, todos com alguma ligação com o circuito têxtil. Na região de Guaianazes, por exemplo, mais especificamente no distrito de Lajeado, esta presença de imigrantes bolivianos é significativa a ponto de um dos seus bairros ficar conhecido como o bairro dos bolivianos. Vemos ainda isto ocorrer em outros municípios da região metropolitana como Guarulhos e Santa Isabel, e mesmo no interior do Estado em municípios como Bauru e Americana, acompanhando a dispersão da indústria de confecções. São redes que além de mediar a imigração, também articulam trabalho e moradia.

Em termos da dinâmica das encomendas e do ritmo de trabalho as oficinas de costura dos bolivianos não diferem muito das outras oficinas de costura. Do mesmo modo que nas outras, eles recebem as peças de tecido cortadas e têm um tempo determinado para confeccioná-las. São remunerados de acordo com a produtividade e o volume das encomendas é flutuante. Talvez seja plausível que as oficinas de bolivianos trabalhem por preços melhores e aceitem prazos mais curtos, mas não foi possível averiguar isto. Mas não

parece possível associar o trabalho das oficinas dos bolivianos apenas a um tipo de produção específica de roupas populares de menor qualidade e valor, distribuídas no comércio ambulante. A maioria das oficinas de costura e das empresas confeccionistas em geral trabalha com artigos populares, mas peças de maior valor ligadas à produção de moda também circulam em ambos os tipos de oficinas. O que podemos notar em relação às oficinas dos bolivianos é que, diferentemente das outras, a questão do gênero não se coloca da mesma forma, não há uma predominância de mulheres, os homens também estão presentes neste tipo de atividade e em alguns casos parecem ser maioria. Outra grande diferença está nas formas de permanência dos trabalhadores nas oficinas e nas poucas alternativas dos imigrantes ao trabalho com costura.

A disposição das oficinas para atender as encomendas de costura depende basicamente de sua capacidade de manter os trabalhadores. As formas desta manutenção acabam criando uma grande abrangência no controle das condições de vida dos empregados por parte dos empregadores. Isto é o que diferencia as oficinas de costura dos bolivianos das oficinas das ex-operárias das fábricas. A maneira como os trabalhadores são recrutados, via migração, e esta abrangência sobre suas condições de vida são as características distintivas das suas oficinas de costura. É um circuito de dominação e exploração econômica que se baseia na relação ampliada entre imigração irregular, moradia e trabalho. A começar pelo endividamento com o custeio da viagem que garante a permanência do imigrante na oficina enquanto a dívida não for quitada. Silva (1997, pp. 121-4) argumenta que este financiamento pautava uma relação de dependência

entre empregador e empregado do qual se exige fidelidade e quem abandona o patrão que o trouxe é considerado traidor e ingrato. Ainda segundo o autor, este financiamento da viagem criaria um comprometimento com a permanência na oficina a tal ponto dos empregadores preferirem buscar seus trabalhadores diretamente da Bolívia a contratarem os bolivianos que já estariam disponíveis na cidade.

A condição de imigrante irregular também é um elemento importante nesta relação. Ela dificulta e restringe bastante a mobilidade para outros segmentos do mercado de trabalho, de modo que não restam muitas opções além das confecções ou de outros trabalhos informais, como vendedor ambulante que já parece a segunda maior ocupação dos imigrantes bolivianos na cidade. Provoca também uma insegurança constante para o imigrante transitar pela cidade quanto à possibilidade de ser pego pela polícia, ter que pagar multas ou mesmo ser deportado. Além de outros empecilhos no cotidiano como a dificuldade para alugar um imóvel, a impossibilidade de abrir uma conta em banco e os problemas para ter acesso aos serviços públicos da cidade, como saúde e educação. Dentro das oficinas isto é usado para exercer pressão para que o trabalhador não mude de emprego sob a ameaça de ser denunciado à polícia. Por fim, a situação de clandestinidade fornece um diferencial para as relações de trabalho pela impossibilidade de mobilização de um agente público para intervir nos litígios trabalhistas. A mobilização da justiça poderia afetar o próprio denunciante. Deste modo, os litígios trabalhistas tomam a forma de um conflito pessoal entre empregador e empregado. A dependência dos imigrantes em relação ao seu patrão acaba aumentando por causa da situação irregular.

Por último, o fato de morarem e trabalharem no mesmo lugar, às vezes dividindo o mesmo espaço com as máquinas de costura, é um dos fatores mais problemáticos desta relação. Os padrões oferecem hospedagem, o que, por um lado, facilita bastante a acolhida na cidade, afinal como não documentados os migrantes têm dificuldades para alugar um imóvel, mas, por outro lado, amplia as relações de exploração. Há situações em que até a alimentação fica a cargo do dono da oficina. Isto pode gerar descontos na hora dos pagamentos ou conta como parte da remuneração e das supostas 'vantagens' propagadas na Bolívia sobre o trabalho em São Paulo. O fato de morarem no próprio local de trabalho é muito relevante. Os limites do tempo de trabalho ficam menos nítidos na confusão entre trabalho e vida doméstica. De modo que, às vezes, o tempo de trabalho passa a ser dado pela resistência física das pessoas, quando as encomendas são urgentes. Além disto, os ganhos de cada um dependem diretamente de seu desempenho produtivo. A falta de encomendas afeta os rendimentos dos trabalhadores, assim como ter uma baixa produtividade por conta da falta de experiência com a costura ou por ficar impossibilitado de produzir por motivos de saúde. Estas dificuldades podem significar o endividamento. Mesmo quando a moradia não é cobrada espera-se certa produtividade que compense a hospedagem. É uma relação de trabalho individualizada que leva em conta o desempenho produtivo de cada um no processo. Portanto, esta abrangência sobre as condições de vida reflete diretamente nas formas de controle sobre o trabalho. Nem todos moram no mesmo local de trabalho, mas esta associação é muito expressiva e é isto o que leva às situações extremas de exploração,

como tem sido noticiado pela imprensa e pelo Ministério Público do Trabalho, nos casos de trabalho forçado e situações análogas à escravidão, motivadas por dívidas contraídas no próprio exercício do trabalho.

Se no começo as oficinas eram predominantemente de coreanos, agora elas são predominantemente dos próprios bolivianos. Apesar de continuarem prestando serviço para os coreanos e não só para eles. Depois de trabalharem para os coreanos e acumularem experiência no trabalho com costura, os bolivianos abrem suas próprias oficinas para prestarem serviços por encomenda. Podem contar com o empréstimo de máquinas pelos antigos empregadores. Esta transferência de propriedade não é indiferente. Com o aumento da fiscalização, ser o dono da oficina pode ser desvantajoso. O fato dos bolivianos montarem suas próprias oficinas evita uma série de possíveis problemas jurídicos para os contratantes. Em termos gerais, porque eles passam a ter uma relação de prestação de serviços com as oficinas e não mais uma relação de trabalho com os empregados. A subcontratação descaracteriza a relação de trabalho de modo que não há responsabilização⁴ pelas condições dos trabalhadores por parte de quem contrata o serviço.

Este é um dos fatores principais para o desenvolvimento destas formas de trabalho: a não responsabilização jurídica das empresas que contratam os serviços. As oficinas e seus trabalhadores são dependentes das empresas e as condições de trabalho que são desenvolvidas por elas refletem as exigências de produtividade impostas em torno das encomendas. Estas práticas não se restringem apenas à produção de artigos populares, mesmo empresas que produzem para marcas e grifes

famosas ligadas ao circuito da moda e grandes redes varejistas também se valem destes expedientes de trabalho. O maior efeito que estas diligências podem ter sobre estas empresas que se beneficiam indiretamente do trabalho das oficinas não é propriamente jurídico, mas sim a maneira como estas denúncias podem afetar a imagem das empresas e de suas marcas⁵.

CONCLUSÃO

Estas condições da indústria de confecções não são exclusivas de São Paulo ou mesmo do Brasil. No mundo inteiro, muito destes mesmos aspectos do setor se repetem. O que inclui os principais centros mundiais da indústria de confecções em cidades como Nova York (Sassen, 1989), Los Angeles (Bonnachi, 1990), Paris (Kontic, 2001) e Milão (Ruggiero, 2000). Seja nas periferias, nos *'suburbis'*, ou nas *'banlieues'*, repetem-se as características de uma produção domiciliar com o trabalho de imigrantes clandestinos em sua maioria. E isto não acontece como sendo característica de um setor atrasado, mas justamente na medida em que estes setores se articulam em escala global e cresce sua importância na participação da economia de suas cidades.

A afinidade entre trabalho informal e imigração clandestina deriva das configurações do capitalismo contemporâneo. As estratégias atuais de reprodução do capital estabelecem formas específicas de mobilidade do trabalho. Vemos que a imigração dos bolivianos para São Paulo, mais do que uma questão de pobreza na Bolívia, está ligada também a uma forma de desenvolvimento econômico de uma divisão da indústria paulistana. A reestruturação produtiva no setor das confecções deu um grande impulso

para que a este fluxo imigratório assumisse as dimensões que tem hoje, tanto ao criar mediações para o ato da imigração em si como para a posterior inserção dos bolivianos na cidade. Toda uma série de agenciamentos se forma em torno da imigração, articulando lugares distintos através de fronteiras políticas e contornando as regulamentações do Estado para que esta circulação de pessoas ocorra. A própria mobilidade dos imigrantes se transforma em um nicho de exploração econômica pautada em mercados ilícitos para a facilitação da imigração irregular.

Uma vez em São Paulo, a dominação e a exploração econômica nas oficinas de costura estão baseadas na relação ampliada entre imigração irregular, trabalho e moradia. Os mesmos fatores que facilitam a vinda para a cidade como o financiamento da viagem e hospedagem, combinados com a situação irregular e as exigências de produtividade, geram uma dependência entre empregados e empregadores caracterizada pela forte abrangência no controle das condições de vida dos imigrantes por seus patrões. Estes elementos, no limite, podem levar a situações extremas de exploração do trabalho. Mas as empresas que se beneficiam deste serviço terceirizado e que pautam o seu ritmo de trabalho não são responsabilizadas juridicamente pelas condições das atividades nas oficinas.

Isto não quer dizer que a inserção dos bolivianos na cidade esteja restrita a estas formas de trabalho. Até porque, devido a grande afluência de bolivianos para São Paulo em função da densidade que esta corrente imigratória atingiu, outras possibilidades de trabalho aparecem, muitas delas também desenvolvidas informalmente. São possibilidades de trabalho vinculadas à própria comu-

nidade de bolivianos na cidade, como o fornecimento de produtos vindos do seu país e outros elementos ligados a está dinâmica migratória. Serviços diversos que permitem a manutenção de uma relação estreita com a Bolívia e caracterizam um processo de imigração baseado na ancoragem múltipla de comunidades que atravessam fronteiras nacionais e redes sociais que conectam e permitem a circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro. São traços peculiares das migrações contemporâneas (Portes, 1997) e elementos que permitem entendermos os sentidos destas experiências migratórias.

* **Carlos Freire da Silva é Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo.**

NOTAS

1 - Trata-se da adaptação de um dos capítulos de minha dissertação de mestrado (Silva, 2008). Pesquisa realizada no período de 2006 a 2008.

2 - O discurso de Evo Morales na edição comemorativa dos 50 anos da imigração boliviana para São Paulo da revista do Centro Pastoral do Migrante é bem significativo em relação ao peso que a emigração tem para o país: "**Mas de la mitad de los bolivianos tenemos algún familiar que vive en el extranjero, sabemos que ustedes son reconocidos por su honestidad u por su trabajo por eso quiero expresar mi máximo reconocimiento y mi admiración por el trabajo de ustedes, gracias bolivianas y bolivianos compatriotas por llevar con orgullo, con valentía, con dignidade el nombre de nuestra querida tierra, no duden de nuestro esfuerzo, desde Bolivia seguiremos trabajando, luchando para que sus derechos se reconozcan en todo el mundo queridos hermanas y hermanos**" (grifo meu).

3 - "Na base das atividades dos coreanos no Brasil existe o Kye, que é uma forma de assistência mútua, um tipo de consórcio financeiro, transplantado da Coreia para o Brasil. O Kye sempre foi considerado como parte integrante da

vida do povo coreano. É uma formação cooperativa tão impregnada na cultura coreana que existe onde quer que haja uma colônia coreana" (Choe, 1991, p. 151).

4 - Esta questão tem levado a discussões conjuntas entre o Ministério Público do Trabalho e a Delegacia Regional do trabalho sobre as implicações da subcontratação para a caracterização legal da relação de trabalho. Neste caso, cogitam o princípio do responsável subsidiário, em que na falta do empregador direto a empresa que se beneficia da prestação de serviço deveria cumprir as exigências trabalhistas. Outro ponto também discutido por ambos é o caráter irregular destas subcontratações, pois terceirizar as atividades fim que constam na razão social de uma empresa é ilegal.

5 - De acordo com o Ministério Público do Trabalho, uma medida que vem sendo adotada quando as diligências apontam estas ligações seria o "Termo de Ajuste de Condutas", em que as empresas se comprometeriam a não mais contratar prestadores de serviços que se utilizam de mão-de-obra irregular sob pena de multas em caso de reincidência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONNACHI, Edna
(1989) "Asian and Latino Immigrants in the Los Angeles Garment Industry: An Exploration of the Relationship Between Capitalism and Racial Oppression". *Working Papers in the Social Sciences*. Los Angeles, ISSR. vol. 5, Number 13.
- CHOE, Keum Joa
(1991) *Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- GARCIA, Renato; MOREIRA, Juan Cruz
(2004) "O Complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente". In: COMIN, Álvaro (org.). *Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central*. São Paulo: CEBRAP/EMURB/CEM.
- KONTIC, Branislav
(2001) *Aprendizado e Metrôpole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- KONTIC, Branislav
(2007) *Inovação e Redes Sociais: a indústria da moda em São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- PATARRA, Neide
(2005) "Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas". In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo. v. 19, nº. 3, jul/set., p. 23-33.
- POCHMANN, Marcio (org.)
(2004) *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- PORTES, Alejandro
(1997) "Globalization from below". In: SMITH, W. P.; KORCZENWICZ, R. P. *Latin America in the World Economy*. Westport, CN: Greenwood Press.
- RUGGIERO, V.
(2000) *Crime and makets. Essays in anti-criminology*. Oxford: Oxford University Press.
- SASSEN, Saskia
(1989) "New York city's informal economy". In: PORTES, A.; CASTELLS, M. e BENTON, L. A. (orgs.). *Informal Economy - studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- SILVA, Carlos Freire
(2008) *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- SILVA, Sidney Antônio da
(1997) *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo*. São Paulo: Paulinas.

A CIDADE DE *EL ALTO* E OS FLUXOS DE BOLIVIANOS PARA SÃO PAULO

*Iara Rolnik Xavier**

A migração de bolivianos para São Paulo constitui hoje um fenômeno caracterizador da cena migratória na metrópole. Mesmo tendo se mostrado um movimento consolidado, nos instiga a uma série de questões, a maioria em aberto, sobre sua natureza e desenvolvimento. Dentre os aspectos ainda pouco explorados estão os nexos entre os locais de origem e destino dos migrantes bolivianos, as relações de circularidade e as razões das decisões prévias aos processos de migração. Todos esses aspectos só são investigáveis com o apoio de estudos de campo nas regiões emissoras de migrantes, e a escassez desse tipo de estudo no Brasil explica as várias lacunas no conhecimento desses fenômenos.

Até este momento, não existem estudos conclusivos sobre os locais de emissão de migrantes da Bolívia ao Brasil, mas algumas hipóteses podem ser traçadas. Alguns trabalhos mostram que a maior parte dos bolivianos que se dirige a São Paulo é proveniente do departamento de La Paz (Silva, 2008); trazemos aqui a hipótese de que provavelmente esse fluxo tem uma

significativa participação dos que são oriundos especificamente do município de El Alto. A hipótese é construída a partir do diagnóstico de El Alto como o principal “reservatório populacional” do departamento de La Paz, agregando funções de centro de atração de migrantes internos na Bolívia e centro de redistribuição de migrantes, muitos dos quais ao Brasil.

Entrevistas feitas com bolivianos residentes em São Paulo indicam que o vínculo entre El Alto e a cidade paulistana é forte: em uma das entrevistas, não só a origem do próprio entrevistado era o município de El Alto, como parte dos empregados deste boliviano, dono de uma pequena oficina de costura, também tinha origem na cidade altenha. A cidade é sempre citada nas entrevistas como local de origem da migração para São Paulo.

A partir da descrição da dinâmica demográfica e do crescimento urbano da cidade de El Alto, na Bolívia, esse texto pretende estabelecer algumas conexões entre o papel migratório deste município no contexto das migrações internas no país e nos fluxos de bolivianos para São Paulo. Entendendo que existe uma relação entre esses dois fenômenos, o texto

segue três linhas principais de análise: (i) O crescimento da cidade de El Alto e sua relação com a capital homônima do departamento de La Paz; (ii) o papel de El Alto na redistribuição interna da população boliviana (e sua função de “reservatório populacional”); (iii) a Bolívia como país de forte e histórica migração, sendo atualmente também um país de emigração (entre cujos destinos encontra-se o Brasil) e a hipótese da participação de El Alto nesse processo de expulsão populacional.

O artigo¹ sistematiza algumas questões que surgiram de trabalhos exploratórios na Bolívia e em São Paulo, realizados em 2008, e traça hipóteses que surgiram desse trabalho, que estão aqui colocadas a título de inquietações, que deverão ser desenvolvidas em futuras pesquisas.

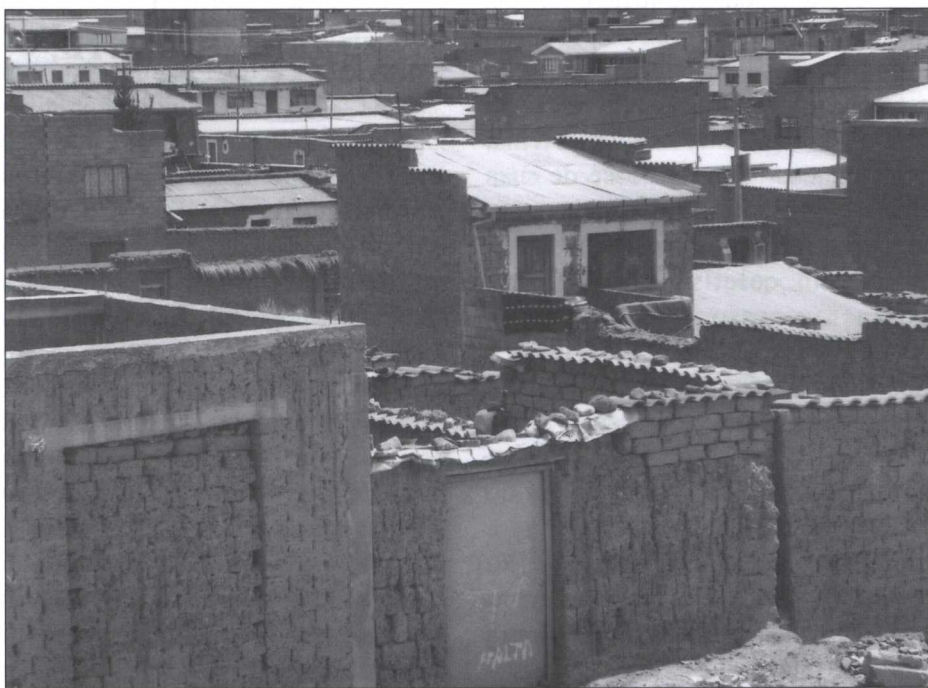
EL ALTO, CIDADE EXTENSIVA SOBRE LA PAZ

Do alto de 4.100 metros de altura, a cidade boliviana de El Alto recebe o nome que faz jus a sua posição em relação à cidade de La Paz (está no



Vista panorâmica da cidade de El Alto

Foto: Sylvain Souchaud



Casas de adobe

Foto: Iara Rolnik Xavier

alto do vale estreito e fundo – entre 3.800 e 3.200 metros – onde se localiza a capital do país). Até o final da década de 1980, El Alto era principalmente uma cidade-satélite de La Paz, ou seja, um bairro periférico que cresceu em função da cidade principal. A relação

que estabelece com a cidade-sede é, no entanto, bastante específica: a cidade forma-se numa continuidade urbana com La Paz, porém no local privilegiado de conexão natural da cidade com o altiplano, ou seja, com o exterior. Isso faz com que, apesar de

“satélite”, o município tenha uma prevalência geográfica em relação à cidade principal.

Com uma população de 649.958 pessoas em 2001 (INE, 2001), sendo projetados quase um milhão de habitantes para 2009 (INE, 2007), a cidade espalha-se por 153 km² de uma urbanização extensiva e homogênea, em que à primeira vista não são identificáveis centralidades ou referenciais. Encontra-se localizada em meio ao altiplano boliviano “um planalto de altitude onde reside a maior parte da população da Bolívia. A baixa densidade de 4.227 habitantes/km², refletida no espalhamento das construções da cidade, contribui para uma sensação de homogeneidade que se completa com a horizontalidade das casas e o fato de que é possível andar por um bom tempo em uma rua alenha sem encontrar pessoa caminhando ou portão aberto. Se nas partes mais centrais e consolidadas da cidade prevalecem as casas de alvenaria sem revestimento, em geral a paisagem é da cor bege do tijolo de adobe. O azul brilhante de janelas chama a atenção como um dos únicos detalhes vistosos nas construções, que nos remete, por instantes, à idéia de conforto urbano.

Iniciados ao redor da pista do aeroporto (que servia e ainda serve La Paz) e de instalações ferroviárias, os primeiros loteamentos no local começam a surgir na década de 1950, pós Reforma Agrária, a partir da divisão de grandes propriedades em lotes menores não urbanizados. Em 1962, El Alto tinha cerca de 10 mil habitantes, distribuídos em seis “villas”, ou “urbanizações dispersas” sem serviços, sem critério urbanístico, sem articulação urbana (Quintana, 2004:10). Com o crescimento populacional bastante acelerado, já na década de 1970 a cidade possuía 95 mil habitantes (INE, 2004). No entanto,

somente uma década mais tarde, em 1986, e sob uma “multitudinária guerra civil” (Flores *et al*:25), El Alto se torna um município independente e autônomo. Para Rafael Quintana, essa divisão administrativa, no entanto, apenas reforçou uma separação territorial clara entre El Alto e La Paz (como acontece muitas vezes), divididas pela altura entre o vale e o altiplano em meio a Cordilheira dos Andes.

De 1992 a 2001 a cidade passou de 405 mil para 647 mil habitantes sendo, juntamente com Santa Cruz de La Sierra, a cidade que mais cresceu nesse período (um crescimento de 5% ao ano entre os censos de 1992 e 2001, INE, 2003:50). Hoje El Alto – que não é capital e não possui qualquer tipo de estatuto regional ou nacional – possui 7.86% da população boliviana em seu território. Em termos de população, a cidade altenha só está atrás das cidades bolivianas de Santa Cruz (1.135.526 habitantes)² e La Paz (793.293 pessoas). No entanto, de acordo com projeções populacionais, El Alto já deixou para trás a capital do departamento e sede do governo boliviano, que cresceu apenas 1.1% entre 1992 e 2001 (INE 2004).

Atualmente, trata-se de um município quase que exclusivamente urbano (99.6% da população vivia em território urbano em 2001) que chama a atenção pela dimensão e extensão da fragilidade urbana e da pobreza: a sensação é de uma pobreza uniformemente distribuída. É composto por oito distritos que possuem características distintas no tamanho, acesso a serviços, infra-estrutura, qualidade de vida, tipo de produção, origem cultural, etc., sendo presente a divisão, em termos de desenvolvimento, entre as zonas norte e sul do município, separadas pelo aeroporto. Mesmo diante dessa separação, não há em

nenhum dos distritos uma homogeneidade em relação aos indicadores de saúde, educação e emprego entre outros, o que faz com que em nenhum deles possa existir a “necessária correlação e simbiose entre dois diferentes elementos que compõe o desenvolvimento” (Durán *et al*, 2007:p.12, tradução livre). Existem, portanto, poucos distritos ligeiramente mais consolidados³, que não chegam a constituir uma centralidade regional (pelo menos aos moldes da maioria das cidades bolivianas).

El Alto, que é muitas vezes descrita na literatura como “cidade-problema” ou “cidade em emergência” da Bolívia (Quintana, 2004), possui distritos cuja qualidade de vida, em termos de acesso a equipamentos públicos, é pior do que a da zona rural boliviana, bastante empobrecida. Somente 48 nascimentos de cada 100, por exemplo, são atendidos por médicos e em um estabelecimento de saúde (Flores *et al*, 2007). Pouquíssimos habitantes têm a segurança jurídica da posse de suas casas e somente 63,4% delas têm sanitários (que quando existem muitas vezes são coletivos), e 34,92% possuem acesso à água potável (Durán *et al*, 2007). Esses fatores juntos fazem com que, de cada 100 casas, só 45 sejam adequadas⁴ (Idem, 2007).

Oitenta por cento das casas do município são auto-construídas à margem da dotação estatal e do mercado imobiliário, ao longo de muitos anos, contando com a ajuda financeira familiar (Durán *et al*, 2007). De maneira geral, podemos ver dois padrões de construção na cidade: as casas de apenas um piso, feitas de adobe, que parecem ser reminiscências das construções tradicionais rurais (Souchaud e Martin, 2007); e as habitações de mais de um andar (em geral dois ou três), de alvenaria e sem

acabamento. Este segundo padrão também guarda relações com o rural e tradicional, mas faz a ponte com os padrões urbanos. Se pensarmos que as regiões do município guardam muito das características e traços dos locais de origem dos migrantes que ali habitam – adiante veremos a importância desta população na conformação da cidade –, vemos que isso ocorre também em função de que muitos habitantes de El Alto mantêm laços com os espaços de onde migraram (Mazurek, 2007). Esse fator também influencia a segregação social e espacial dos novos habitantes da cidade que se localizam em sua periferia “constituindo anéis de alta vulnerabilidade” (Mazurek, 2008).

EL ALTO, CIDADE-MIGRANTE, CIDADE-AIMARÁ

Mas qual a razão para tamanho crescimento demográfico? El Alto é hoje a cidade em que a população migrante possui o maior peso no conjunto da população total (do próprio município): 38.77% de sua população, ou seja, 246.267 pessoas que vivem na cidade nasceram em outro lugar, fora do município. Depois de Santa Cruz de La Sierra, em termos absolutos, o município é o segundo na Bolívia com maior número de imigrantes em todo o país. El Alto nasceu e cresce com os migrantes: todos os anos chegam ali cerca de 30 mil pessoas (Flores *et al*: 24). Esse peso da migração no aumento da população parece seguir a mesma tendência que a do país como um todo: na Bolívia, a população urbana cresce em função, sobretudo, dos fluxos migratórios e reclassificação⁵ (INE, 2004) sendo menos presente o acréscimo populacional nas

idades por crescimento vegetativo. No entanto, é importante ressaltar que a taxa de fecundidade no país ainda é bastante alta (4,2 filhos por mulher em 2000), uma das maiores da América do Sul, dividindo o páreo apenas com o Paraguai, com 4,3 filhos por mulher (Population Reference Bureau, 2000).

Seguindo a lógica da proximidade ou relação cultural que constitui hoje uma das bases da questão migratória na Bolívia (Mazurek, 2007), as pessoas que chegam a El Alto são provenientes, principalmente, das áreas de influência direta da cidade, ou seja, dos territórios rurais do departamento de La Paz: 80% dos migrantes vêm de localidades próximas a cidade, principalmente do altiplano norte e do sul do departamento (como das que vivem ao redor do lago Titicaca ao norte e oeste), mas também de espaços tropicais como Los Yungas (Flores *et al.*, 2007). Também existe um importante movimento com origem na cidade de La Paz: a cada ano, 2.500 habitantes desta cidade vão viver em El Alto (Garfias y Mazurek, 2005:39 *apud* Flores), em parte incentivados por programas estatais de habitação. Isso mostra a capacidade de atração do município e revela que, mesmo tendo recebido um enorme contingente rural, o crescimento da cidade está longe de ser um fenômeno exclusivamente “campesino” (Quintana, 2004:12).

Devemos considerar, além disso, que o peso da população rural no município se deve em parte à composição do dado de migração – baseado no lugar de nascimento dos habitantes – que pode esconder sequências ou correntes migratórias: se não soubermos olhar esse dado, confundimos os migrantes de datas e momentos passados com os migrantes do presente. No caso de um país cada vez menos rural e mais urbano essa

separação é essencial. Além disso, o dado não nos permite captar algumas das etapas migratórias, o que pode esconder, caso houver, a passagem dos migrantes por outras cidades antes de chegar a El Alto, o que indicaria uma origem urbana da migração.

Para entender esse caso de El Alto tomemos como exemplo a lógica migratória que vem estruturando a cidade fronteiriça de Yacuiba no sul da Bolívia (Idem, 2007) que parece indicar uma tendência comum. Neste caso, o êxodo rural rumo às cidades mais próximas é cada vez mais acompanhado por um segundo movimento, de desconcentração populacional nas grandes cidades, que passam a ter um papel redistribuidor dessa população para dentro e fora das fronteiras nacionais. O papel de Yacuiba, cidade mediana que nutre seu crescimento com os extremos (campos vizinhos pouco densos e grandes cidades distantes) (Souchaud e Martin, 2007), revela esse fato. Isso acontece por meio de um esquema sequencial no tempo (em função, entre muitos aspectos, da maior taxa de urbanização do país) e de um fenômeno que associa a “concentração da origem dos emigrantes em alguns pólos urbanos maiores do país e dispersão deste arquipélago no conjunto da nação boliviana” (Souchaud e Martin, 2007:78, tradução livre).

Para Garfias e Mazurek (*apud* Flores 2007:21), a significativa migração de camponeses do altiplano norte foi consequência da devastação agrícola por secas e inundações provocada pelo ‘fenômeno El Niño’, em 1982. As migrações em direção a El Alto também são fruto da crise econômica e da demissão massiva de trabalhadores das minas de estanho localizadas nos departamentos *altiplânicos* de Oruro, La Paz, mas,

sobretudo, Potosí entre 1986 e 1987. A crise nas minas fez com que fosse realocado um contingente de 23 mil mineiros (aos quais devemos acrescentar suas famílias) demitidos da Comibol, Corporação Mineira Boliviana (Andrea e Martin, 2007).

A origem desses migrantes é bastante determinante para a história e as atuais configurações sociais e territoriais do município. Em primeiro lugar, os espaços de origem da migração para El Alto são territórios de predomínio da etnia aimará, o que contribui para a conformação de uma forte identidade indígena no território altenho ligada a esta etnia, já que 75% de seus habitantes declaram a identificação com esse povo originário (INE, 2003). El Alto parece ser, sobretudo, uma cidade articuladora de um “sentido de pertencimento coletivo aimará” (Flores *et al.*: 32). Além disso, a tradição mineira tem uma influência expressiva no caráter sindicalista do município através da manutenção de um discurso de recuperação dos recursos minerais / naturais bolivianos.

Essa confluência de uma presente e dominante identidade indígena, ligada à experiência do sindicalismo mineiro, a uma história de privações de serviços básicos, à localização geográfica do município que “cerca” La Paz, fez com que El Alto se consolidasse como uma cidade de intensa tradição contestatária. Para Germán Guaygua, “Estas características contribuíram para definir as estruturas de mobilização social de seus habitantes das quais se podem distinguir dois componentes: uma estrutura de bairro e de grêmios para a rebelião e marcos de construção do discurso de mobilização baseados na identidade indígena, do que resulta uma cultura política que combina elementos do sindicalismo e formas tradicionais de

organização territorial-política. Esta é uma das explicações para a alta disciplina e gigantesca capacidade de mobilização dos altenhos na “guerra do gás”, em outubro de 2003” (Guaygua, s/d: 3, tradução livre). Nesse sentido, em termos de cultura e efervescência social, El Alto é um município bastante rico e presente na cena política boliviana atual, tendo ocupado um lugar central em muitas das disputas políticas nas quais o país esteve envolvido.

AS MIGRAÇÕES NA BOLÍVIA

A questão migratória boliviana não é, de maneira alguma, um fenômeno recente. Segundo Mazurek (2007:1), “Mobilidade e migração são ancestrais e fundamentais atributos da dinâmica populacional na Bolívia. Tem suas raízes no período pré-hispânico relacionados com a necessidade de diversificação e trocas produtivas” (tradução livre). Para Hinojosa (2008), “a permanente mobilidade e utilização de diferentes espaços geográficos e pisos ecológicos”, parte da cultura boliviana, não pode ser comparada a “estratégias de sobrevivência modernas”, pois constituem “um *habitus*, (...) uma prática associada a uma cosmovisão particular, de um saber de vida que permitia uma melhor e mais sustentável utilização dos recursos naturais; não para a ‘sobrevivência’ da família, senão para a vida e reprodução de toda uma comunidade/sociedade” (Hinojosa, 2008:78, tradução livre).

Arelada a essa tradição, os movimentos migratórios no país possuem algumas particularidades que desencadeiam processos importantes no que se refere aos padrões migratórios internos e internacionais do país. Hoje, segundo Mazurek (2007) as

migrações bolivianas seguem três elementos principais: as migrações de proximidade; os fluxos mais importantes acontecem entre e para as cidades (princípio de gravidade) e a atração é definida por bases culturais que independem, de maneira geral, da importância econômica dos lugares de destino. Para Mazurek (2007), os fluxos rurais de longa distância são menos importantes. Em relação aos fluxos de longa distância em direção a grandes cidades, o autor acredita que existam migrações “por estágio” de zonas rurais para cidades mais próximas e, em seguida, para grandes cidades ou zonas de colonização como as regiões de Chapare, Yungas e a zona de expansão da soja ou as áreas de produção de hidrocarbonetos (Chaco, Tarija).

Esses elementos guardam relação com outra particularidade das migrações bolivianas que é a prática da multiresidência, ou seja, é comum que famílias se desloquem de um lugar a outro sem que a relação com o lugar de origem seja quebrada: em muitos casos há manutenção da residência original, voltada à agricultura, por exemplo, mesmo tendo sido feito o movimento em direção à cidade. Para Quintana (2004) “as funções urbanas para o desenvolvimento rural constituem uma das principais atividades de transformação, crescimento e geração de emprego no interior de El Alto e sua região imediata” (p.67). Esse fato, como vimos, tem uma influência importante na maneira como a cidade de El Alto se reproduz em conexão com as tradições rurais dos locais de onde saem grande parte dos migrantes que se localizam no município e evoca a questão da durabilidade e do caráter definitivo/temporário dos movimentos migratórios que envolvem a cidade.

A CONCENTRAÇÃO E A REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

Desde meados da década de 1980, época da grande crise econômica do país, a migração de bolivianos para outros países tem sido também um traço forte das movimentações da Bolívia. Para alguns autores (Mazurek, 2007) esses fluxos podem ser divididos entre migrações de caráter definitivo para países como Estados Unidos ou Espanha e migração “sazonal” para os países vizinhos como Argentina (destino mais tradicional) e Chile, aos quais se inclui o Brasil e, particularmente a cidade de São Paulo. Em 2006, 33,4% dos migrantes da Espanha eram latino-americanos e, desse contingente, os bolivianos constituem a maior parte: neste ano foram calculados cerca de 70 mil bolivianos vivendo no país (Vidal, 2008).

Embora esses fluxos tenham uma importância aparentemente crescente, a migração interna⁶ no país é historicamente estruturante para a sociedade boliviana. Talvez seja mais propício relacionar esses dois movimentos como aponta Mazurek (2007), que acredita que os fluxos que transpõem as fronteiras nacionais da Bolívia podem ser considerados ampliações das estratégias de oportunidade no ciclo familiar que compõe a mobilidade interna no país.

Quando dispõe de recursos, o altenho investe em sua moradia compondo misturas arquitetônicas diversas, com influências de padrões bastante distantes do contexto cultural da cidade, como coberturas de telhados tipo suíça, apropriados para a neve num estilo que em nada lembraria uma cidade pobre da América Latina. Guaygua (entrevista realizada em

2008) associa tais referências à migração internacional: a maior parte dos recursos para o incremento da moradia viria de remessas provenientes de trabalho fora do país, dando lugar ao que poderia ser denominada “arquitetura de remessas”, originando distinções intraterritoriais a partir de recursos e linguagens vindas de fora, representando riqueza e *status* adquiridos apenas mediante a emigração.

Grande parte das construções da cidade – tradicionais ou mistas – são “moradias produtivas” (Duran *et al*, 2007) que sustentam uma economia predominantemente informal e assentada no trabalho familiar, outra reminiscência da origem rural aimará que relaciona a produção e as relações de parentesco⁷. Micro-empresas familiares (com 1 a 4 trabalhadores) amparam a maior parte da produção altenha. De acordo com dados de Durán *et al* (2007) se juntarmos as categorias “fabricação de produtos têxteis” e “fabricação de prendas de vestir e tingimento de peles” (tradução livre) temos que 40% da produção industrial de El Alto está centrada na produção têxtil, baseada em pequenos estabelecimentos (onde é feita 90% da produção industrial geral da cidade).

Seguindo esse raciocínio, existiria então uma relação, por meio de El Alto, entre os fluxos internos na Bolívia e os que se dirigem para fora do país. Nesse sentido, ao centralizar hoje grande parte dos fluxos populacionais

internos ao país, El Alto, que não possui recursos para manter toda essa população em meio à tamanha precariedade e pobreza, vem se constituindo como uma espécie de “reservatório populacional”, função que colocaria a cidade, ao mesmo tempo, no papel de distribuidor de população para outros locais. Isso porque, a centralidade de El Alto no que se refere à migração, a mobilização cultural/política, etc., tem uma dupla implicação: é capaz de atrair um enorme contingente populacional, mas também influencia a saída de muitas pessoas do município. Sendo assim, coloca-se a possibilidade de se pensar na cidade de El Alto atuando na cena migratória boliviana em duas frentes: da atração e da expulsão populacional.

Essa atuação de El Alto pode ser observada no Quadro 1 que revela os volumes da migração a partir e para a cidade entre 1996 (cinco anos antes do Censo) e 2001 (data do Censo). Apesar de o saldo migratório ser positivo, os emigrantes representam cerca de 20% do total de migrantes, o que não pode ser considerada uma porcentagem baixa.

No que tange às causas para a emigração de El Alto, as más condições de vida da cidade, o desemprego, são, aparentemente, razões primordiais pelas quais as pessoas saem do município. No entanto, as próprias configurações social, territorial e política do município devem ser entendidas como fatores de expulsão

de população e conexão com outros espaços.

Pensando nas condições políticas do município, Quintana (2004) acredita que “os critérios de exclusão, confrontação, divisão, separação, etc., têm feito com que a relação entre vizinhos [de El Alto] seja de confrontação e exclusão. Por isso, El Alto não é uma cidade acolhedora. Os migrantes que se dirigem a El Alto ressentem sua falta de incorporação por muitos anos” (p.78, tradução livre). O mesmo autor acrescenta que as disputas políticas internas, ou o “calar de vozes discordantes e opiniões diferentes” que, segundo o autor, “não é suficiente causa para que uma família emigre, mas é um componente que somado a outros, está dando lugar a uma intencionalidade de mudança de residência” (p.47, tradução livre). A própria relação com os espaços de origem dos cidadãos, e manutenção da dupla residência também figuram importantes elementos para pensar a emigração de El Alto, uma vez que os migrantes podem acabar ocupando apenas uma das casas em determinados momentos.

Mas para onde estão indo esses migrantes? Com base nos estudos exploratórios na Bolívia (em El Alto e La Paz) e em São Paulo em dezembro de 2008, coloca-se aqui a hipótese de que parte desse contingente está se dirigindo ao Brasil e especificamente a São Paulo. Mas como estabelecer a conexão entre esses dois espaços?

Quadro 1

El Alto: indicadores de migração entre seções municipais da população de 5 anos ou mais de idade. Período de 1996-2001

Residência habitual 2001	Residência 5 anos antes 1996	Não migrante	Imigrante	Emigrante	Saldo Migratório
544.688	496.463	480.172	64.516	16.291	48.225

Fonte: INE (2004). *Estudio de la Migración Interna en Bolívia*, p.193.

Quais os indícios? Essa hipótese é baseada em algumas suposições sendo que a mais importante delas, como dito, é a atuação importante de El Alto no dispositivo migratório boliviano.

Outra suposição se baseia na idéia de substituição crescente dos fluxos que antes se dirigiam à Argentina e que passaram a ter o Brasil como destino em função da crise econômica pela qual o país tem passado nos últimos dez anos (Domenach, 2007). Em uma entrevista feita com uma família boliviana residente em São Paulo foi possível perceber que essa “transferência de destinos migratórios” não é necessariamente linear: já habitante de São Paulo, um entrevistado foi para Buenos Aires em 1993, na época do governo Collor no Brasil, tendo retornado a São Paulo com a implantação do Plano Real (1994). O entrevistado relatou que seus irmãos, também migrantes na capital paulista, fizeram a mesma “mudança de rota” em direção à Argentina, voltando mais tarde para terras brasileiras. A substituição de destinos também pode ser atribuída às políticas migratórias cada vez mais rígidas no continente europeu, aos riscos mais baixos para a migração, à maior reversibilidade das migrações de menores distâncias e à necessidade de menos recursos para a emigração regional.

Se pensarmos sobre o perfil econômico de El Alto e a clara especialização no ramo da costura e produção têxtil, também podemos traçar um paralelo, já que, em São Paulo, 42% dos ativos bolivianos recenseados na cidade em 2001, são operadores de máquinas de costura (IBGE, 2001). Esse dado pode representar uma especialização migratória voltada a um ramo específico de trabalho. As redes sociais que se criam a partir dessa conexão podem fornecer um caminho de análise

rumo à constatação da ligação migratória entre El Alto e São Paulo, embora essa análise isolada de outras indagações não seja suficiente para entender esse processo migratório.

As entrevistas realizadas em 2008 com pesquisadores de El Alto – sobretudo com o antropólogo Germán Guaygua e a assistente social Maria del Rosario Huarachi Vela, que desenvolvem pesquisas sobre a emigração dos altenhos – também indicam essa conexão, apontando, inclusive, distritos da cidade marcados pelos destinos migratórios, ou seja, espaços em que os migrantes se dirigem mais à Espanha, outros que se voltam à Argentina e, cada vez mais, ao Brasil.

Uma primeira questão relevante é a natureza desse fluxo: podemos sugerir que se trata de um movimento constituído por temporadas específicas compondo o que Mazurek (2007) denomina como “migrações sazonais” para países vizinhos (no caso Bolívia/Brasil)? Nesse sentido, seria mais plausível falar também em mobilidades e não somente migrações no sentido do caráter definitivo das mudanças de espaço? As respostas podem estar no tipo de envolvimento econômico dos migrantes na sociedade de destino e origem (como a produção de roupas que tem temporadas em que há mais e menos trabalho), na variabilidade dos destinos (“revezamento” entre Argentina e São Paulo), bem como no fato de que os imigrantes mantêm laços com os locais de origem.

Pensando no caráter distribuidor de população de El Alto, no sentido de que a cidade pode se constituir como uma etapa migratória da população que tem como destino final a cidade de São Paulo, temos que ponderar a respeito de uma possível origem rural desses imigrantes como relatada por alguns autores (ver Silva, 2008:22). Esse

questionamento parte da hipótese da centralidade de El Alto no que tange à migração rural-urbana com origem nas localidades que cercam a cidade e no fato de que a experiência acumulada nas cidades é relatada como um elemento central nos projetos migratórios (Domenach, 2007). Os bolivianos que se dirigem a São Paulo têm origem rural ou urbana? Ao que tudo indica, estamos nos referindo a um caso migratório de relação entre cidades o que tem uma influência direta na inserção desses imigrantes em São Paulo. Além disso, o fato de vir de El Alto produz alguma localização específica na cidade?

Outra questão a ser colocada é a importância da cultura aimará no entendimento da migração para o Brasil, dada a preponderância dessa cultura na população de El Alto. Considerando as relações de compadrio e parentesco (família estendida), por exemplo, que estruturam as atividades econômicas da cultura aimará, nos indagamos sobre a relação entre esse fluxo e o processo migratório: o movimento rumo a São Paulo é calcado em um projeto individual ou familiar/coletivo? Em que medida esse traço cultural reflete na maneira como essa migração se desenvolve na cidade? Muitas das relações entre empregador e empregado nas oficinas de São Paulo são também relações de compadrio e familiares, e essas redes são definidoras do destino da emigração, assim como de uma melhor ou pior inserção inicial do migrante no mercado de trabalho no local de destino.

Ainda é cedo para fechar conclusões e fornecer respostas. Mesmo assim, o papel de El Alto nas migrações de bolivianos para São Paulo parece indicar mais do que uma simples

relação de casualidade. Agregar conhecimento sobre as regiões de origem, ou “reservatórios populacionais”, pode nos oferecer chaves para qualificar e compreender os processos migratórios contemporâneos que se diferenciam claramente das ondas migratórias anteriores ao Brasil e a São Paulo.

*** Iara Rolnik Xavier é socióloga, mestranda em Demografia pelo Nepo/Unicamp, e estagiária do IRD (Institut de Recherche pour le Développement) da França.**

NOTAS

1 - Este texto só foi possível graças às contribuições de Sylvain Souchaud.

2 - Santa Cruz passou nos últimos anos por uma intensa transformação, passando de aldeia colonial à capital econômica da Bolívia tendo desenvolvido a agroindústria, as minas e os hidrocarbonetos (Domenach, 2007:22).

3 - Entre eles estão os bairros de Villa Dolores, Ciudad Satélite, 1º de Maio e Villa Adela, localizados em uma região mais central, logo abaixo do aeroporto.

4 - Por moradia adequada os autores entendem “as casas que contam com piso de *machihembre*, taco e/ou carpete de madeira; paredes de ladrilhos, concreto ou cimento; possui banheiro, água potável encanada dentro da casa e energia elétrica” (Durán *et al*, 2007:4).

5 - A reclassificação acontece quando uma população rural passa a ser urbana em função de que o território que ocupa passa a ser reclassificado administrativamente como urbano e não em função de que essas pessoas saíram da área rural em direção a alguma cidade.

6 - Segundo dados do CODEPO (2004) 2.505.964 pessoas (31,07% da população total) nascidas na Bolívia residem em um município diferente do que nasceram.

7 - Para saber mais ver: SPEDDING, Alison (2008). *Breve curso de parentesco*. La Paz: Mama Huaco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CODEPO

(2004) *Estudio de la Migración Interna en Bolivia*. La Paz.

D'ANDREA, Nicolas e MARTIN, Ceydric (2007). “La ciudad de Tarija: análisis de los factores de estabilidad del crecimiento demográfico”. In: DOMENACH, Hervé; CELTON, Dora; ARZE, Hugo; HAMELIN, Philippe. (Orgs.). *Movilidad y Procesos Migratorios en el Espacio de Frontera Argentino Boliviana*. Córdoba: CEA - UNC, p. 39-55.

DOMENACH, Hervé

(2007) “Espacio de frontera: análisis de los procesos migratorios”. In: DOMENACH, Hervé; CELTON, Dora; ARZE, Hugo; HAMELIN, Philippe. (Orgs.). *Movilidad y Procesos Migratorios en el Espacio de Frontera Argentino Boliviana*. Córdoba: CEA - UNC, pp. 39-55.

DURÁN, Jaime; ARIAS, Karen; RODRÍGUEZ, Marcelo

(2007) *Casa aunque en la punta del cerro: Vivienda y desarrollo de ciudad de El Alto*. La Paz: Fundación PIEB; UPEA; Centro de Promoción de la Mujer Gregoriana Apaza; Red HABITAT; Waina Tambo; CISTEM (Investigaciones Regionales El Alto; n.3).

FLORES, Jesús; HERBAS, Iblin; HUANCA, Francisca

(2007) *Mujeres y movimientos sociales en El Alto: Fronteras entre la participación política y la vida cotidiana*. La Paz: Fundación PIEB; UPEA; Centro de Promoción de la Mujer Gregoriana Apaza; Red HABITAT; Waina Tambo; CISTEM (Investigaciones Regionales El Alto; n.6).

GUAYGUA, Germán

(s/d) Encontrado em: http://www.pieb.com.bo/UserFiles/PDFs/Guaygua_jovenes_OK.pdf (acessado em abril de 2009).

HINOJOSA, Alfonso Gordonava

(2008) “Transnacionalismo y multipolaridad en los flujos migratorios de Bolivia. Familia, comunidad y nación en dinámicas globales”. In: GODARD, Henri e

SANDOVAL, Godofredo (orgs.). *Migración transnacional de los Andes a Europa y Estados Unidos*. Lima: Actes & Mémoires de l'Institut Français d'Études Andines, n.17.

IBGE

(2001) *Censo de População*.

INE

(2003) *Bolivia: Características Sociodemográficas de la Población*. La Paz.

INE

(2004) *El proceso de urbanización en Bolivia: 1992-2001*. La Paz, 3ª edición.

INE

(2007) *Anuario Estadístico*.

MAZUREK, Hubert

(2007) “Three pre-concepts regarding in the internal migration in Bolivia”. In: *Rev. Humanidades Ciencias Sociales*. (St. Cruz Sierra), vol.3, special edition.

MAZUREK, Hubert

(2008) “Componentes de la migración, impactos territoriales y políticas: un análisis crítico”. In: GODARD, Henri e SANDOVAL, Godofredo (orgs.). *Migración transnacional de los Andes a Europa y Estados Unidos*. Lima: Actes & Mémoires de l'Institut Français d'Études Andines, n. 17.

POPULATION REFERENCE BUREAU

(2000) *La juventud Del mundo*.

QUINTANA, Rafael Indaburu

(2004) *Evaluación de la ciudad de El Alto: La ciudad dividida*. La Paz: USAID.

SILVA, Sidney

(2008) “Fases da latinidade: hispano-americanos em São Paulo”. In: *Cadernos Nepo*, Campinas, n. 55.

SOUCHAUD, Sylvain e MARTIN, Ceydric

(2007). “Yacuiba: un isolate de la mundialización en el Chaco boliviano”. In: DOMENACH, Hervé; CELTON, Dora; ARZE, Hugo; HAMELIN, Philippe. (Orgs.). *Movilidad y Procesos Migratorios en el Espacio de Frontera Argentino Boliviana*. Córdoba: CEA - UNC; p. 55-95.

VIDAL, Marcelo de Oliveira

(2008) *Migração e remessas Espanha/Brasil: implicações, vantagens e desvantagens*. Caxambu: Anais do XVI Encontro de Estudos Populacionais, setembro-outubro.

PARA SAIR DO CONFINAMENTO

A experiência das visitas às oficinas de costura de imigrantes bolivianos no quadro do projeto *Somos Hermanos*

Sidnei Marco Dornelas *

Neste artigo esboçamos um ensaio exploratório que busca resgatar a experiência vivida por agentes de pastoral e de saúde por ocasião da implementação do projeto *Somos Hermanos*¹. Partindo da constatação das condições de vida insalubres e de trabalho degradantes dos imigrantes latino-americanos em algumas áreas centrais da cidade, da segregação em que eles se encontravam no interior do espaço urbano, bem como os sinais de xenofobia e preconceito entre agentes de serviços públicos e da população local em relação a eles, o projeto visava uma sensibilização dos agentes públicos e sua aproximação da população imigrante, em sua maior parte em situação de clandestinidade. Entre tantas atividades promovidas, uma das iniciativas originais foi a formação de equipes mistas com os agentes do Programa de Saúde da Família, compostas por brasileiros e imigrantes, por agentes de saúde pública e membros da Pastoral, na prática das visitas às oficinas de costura dos imigrantes. Sem o objetivo de esgotar todos os aspectos envolvidos nessa iniciativa pastoral, a prática de visitas a esses espaços segregados por essas equipes, a experiência concretamente vivenciada por alguns agentes, é o que em parte visamos recuperar neste artigo.

A IDEALIZAÇÃO DO PROJETO

Um relatório bastante amplo sobre este projeto foi apresentado durante o

1º. Fórum Social das Migrações, em Porto Alegre, em janeiro de 2005 (SPM, 2005, p. 337ss). Neste relatório percebemos como a partir da questão das condições de trabalho e saúde dos imigrantes, o projeto foi se desdobrando numa enorme variedade de iniciativas e outros pequenos projetos, que possuíam um objetivo duplo: conscientização dos imigrantes sobre os cuidados para com sua saúde em seu ambiente de habitação e de trabalho, e sensibilização dos agentes públicos de saúde para a cultura e as condições de vida dos imigrantes. Na sua idealização e coordenação, a partir de 2004, estavam Rosana Gaeta e o Pe. Roque Patussi. Ela resume assim as motivações para o projeto:

“...os funcionários na maioria, tinham a seguinte queixa: mal damos conta dos pobres brasileiros, como nós vamos dar conta dos imigrantes? Quanto mais que eles não nos abrem as portas, não tem acesso ao serviço. Quando o serviço vai a eles, eles também não abrem as portas, não entendemos o que falam, é tudo assim, ‘si, si, sim senhor...’ e os problemas de saúde são gravíssimos quando chegam, é tuberculose, é doença sexualmente transmissível, problemas de saúde bucal importante nas crianças, crianças no local de trabalho...”

A percepção desse distanciamento social e cultural entre funcionários de saúde e imigrantes bolivianos, levou à criação de iniciativas tais como: sessões de conscientização dos funcionários

sobre cultura e a realidade dos imigrantes, através de palestras e projeções de documentários; cursos de língua espanhola para os funcionários dos postos de saúde; a contratação de imigrantes como agentes do Programa de Saúde da Família (PSF); a participação em novenas e eventos da comunidade boliviana, para conscientizá-los sobre questões ligadas ao cuidado à saúde; feiras de saúde nos locais e eventos de concentração de imigrantes. Na medida em que o apoio do poder público diminuiu, com a substituição da administração municipal, os projetos se desenvolveram mais a partir do espaço da pastoral, e ganharam um cunho mais cultural e ecológico, embora sem perder de vista a questão da saúde e do trabalho. Em todas essas iniciativas, além da preocupação em aproximar os agentes de saúde dos imigrantes, buscava-se tirar os imigrantes dos espaços de confinamento em que residiam e trabalhavam, pela valorização de sua cultura, o incentivo à participação dos eventos da pastoral, frequência dos serviços públicos, bem como a conscientização de seus direitos.

Nesse sentido, o fulcro e originalidade do projeto se concentraram em duas iniciativas: a contratação de imigrantes bolivianos para integrar equipes mistas do PSF, e a prática de visitas às oficinas de costura com a participação também de agentes de pastoral. A contratação de agentes de saúde imigrantes pelo Poder Público implicou a intermediação do Centro

Pastoral do Migrante da Igreja Nossa Senhora da Paz (Liberdade, centro de São Paulo), e a participação da Escola Paulista de Medicina como entidade parceira, para fazer a seleção e preparação dos agentes: *Eles foram contratados pela Escola Paulista de Medicina, mas eles tinham que saber que se não fosse a pastoral eles não seriam contratados* (Rosana). Sob os cuidados da Pastoral, eles integraram-se com outros brasileiros nas equipes PSF, enfrentando por vezes preconceitos da parte de colegas de trabalho no posto de saúde, além da xenofobia que marcava o meio em que se concentravam os imigrantes. Existem casos de agentes bolivianos que visitam basicamente brasileiros, e agentes brasileiros que atuam em áreas predominantemente habitadas por imigrantes. Rosana explica essa situação:

“No cotidiano é assim, por exemplo: como todo mundo mora na região foi mais complicado ainda, você sabe como o vizinho é, ou se ama ou se odeia, então tinha agente comunitário de saúde que falava assim: ‘eu não suporto boliviano, porque eles fazem xixi na rua, eles são porco, eles não tem higiene...’. Quando eles iam fazer (papa-Nicolau), todo mundo sabe que as mulheres, elas vêm muito sujas... o que mais que eles falavam de negativo da comunidade boliviana? Eles ficam com as máquinas até altas horas da noite, eles detonaram os serviços de costura na região porque eles se submetem a qualquer pagamento e o brasileiro não se submete a qualquer pagamento, então ‘tá tudo na mão deles’. Existia por algumas pessoas que moravam na região e trabalhavam no posto de saúde, uma verdadeira raiva dos bolivianos e aí ter que trabalhar com um do seu lado... Então, qualquer deslize, apontavam, e no coletivo, o que é muito humilhante.”

Apesar das incompreensões e desta hostilidade, vários agentes conseguiram se manter atuando e começaram a atenuar certas idéias preconcebidas seja de brasileiros como dos imigrantes. Se a integração de imigrantes nas equipes PSF revelou-se um avanço, também a parceria com a Pastoral permitiu que seus agentes aproveitassem da abertura oferecida por meio de uma política pública, para se aproximar também das oficinas de costura dos imigrantes. Na verdade, muitos agentes PSF já tinham uma prática de visita a várias oficinas anterior ao projeto “*Somos Hermanos*”, faltando-lhes um maior conhecimento da realidade dos migrantes, o que foi proporcionado pelo intercâmbio com a Pastoral. Em troca, os agentes de pastoral perceberam na ocasião uma ótima oportunidade para entrar em contato com o cotidiano de muitos imigrantes, através da ação já programada dos agentes PSF. Como afirmou um agente de pastoral, “*eram os agentes de saúde que abriam as portas da pastoral para entrarem nas oficinas*”. As visitas eram de tal modo programadas para que, numa tarde por semana, apenas as oficinas dos imigrantes fossem visitadas neste dia, e se pudesse abrir espaço para o diálogo entre imigrantes e agente de pastoral, após o agente PSF ter realizado sua tarefa (medicar, informar cuidados de saúde e higiene, detectar casos de doenças, etc). O agente de pastoral podia, assim, também suprir uma forte demanda dos imigrantes, que só parcialmente o agente PSF estava em condições de atender: informações sobre documentação, sobre o modo de vida do Brasil, questões culturais e religiosas, relacionamentos familiares, etc.²

Se a experiência de contratação de imigrantes como agentes PSF, apesar de algumas desistências, foi reconhecida como positiva enquanto medida de política pública em favor dos imigrantes, se mantendo ao longo do tempo e se

repetindo também em outras regiões do município – a experiência de parceria com a Pastoral, com agentes de pastoral acompanhando as visitas às oficinas, não teve continuidade. Por ocasião do acordo bilateral Brasil-Bolívia, em 2006, agentes leigos que faziam visitas pelo projeto “*Somos Hermanos*”, prosseguiram as visitas e mesmo alargaram seu raio de ação, procurando fazer o contato com os locais onde se encontravam os imigrantes bolivianos além mesmo da cidade de São Paulo. No entanto, findo o acordo, nenhum trabalho sistemático, seja de parceria com PSF ou outra política pública, seja por simples iniciativa da Pastoral, foi levado adiante. Esta é, aliás, a crítica que uma agente PSF entrevistada faz à experiência de visitas, que durou basicamente entre meados de 2004 até junho de 2005, a sua falta de continuidade:

“Devia ter um assistente social, devia ter uma pessoa que fosse constantemente falar de higiene, que esse é o caso (...) devia ter investido mais em outras coisas, e não só a gente ir falar. Que nem a visita pastoral, ir alguém da pastoral pra falar, a criança que não foi batizada, que não foi registrada. A gente fala, mas devia ter outra pessoa pra dar outro parecer pra eles, não só os agentes.”

De fato, dentre as várias iniciativas do projeto “*Somos Hermanos*”, aquela que se mostrou efetivamente eficaz para incluir os imigrantes na sociedade brasileira, no espaço urbano, e na frequência dos serviços públicos, foi a prática das visitas às oficinas de costura. Esta prática permitiu, pela constância do elo criado entre o agente PSF e os imigrantes visitados, que os imigrantes fossem lentamente saindo dos espaços segregados em que se encontravam, e que eles, em maior ou menor grau, mudassem certos traços de seu comportamento, se interessando pela integração dentro do contexto brasileiro.

Um sinal claro tem sido o aumento da frequência dos imigrantes nos serviços públicos dos bairros do Brás, Pari, Bom Retiro e arredores: nas creches, postos de saúde, escolas, etc.³ Porém, em igual medida, nenhuma outra prática como a das visitas, permite constatar de maneira tão clara os grandes entraves que impedem os imigrantes a saírem do confinamento a que eles estão submetidos.

O CONFINAMENTO: TRABALHO, FAMÍLIA E CONDIÇÕES DE SAÚDE

Parece claro que a segregação em que vivem os imigrantes bolivianos, concretamente nas condições de confinamento das residências onde eles habitam e trabalham, contribui em muito para a degradação de suas condições de saúde. As razões apontadas para esta situação de confinamento são muito discutidas. Uma das mais em evidência, sobretudo pelo alarde que produz através da mídia, é aquela que associa o modo de vida destes imigrantes às “condições análogas ao trabalho escravo”. Existem, de fato, sinais claros de abusos nas relações de trabalho no interior dessas oficinas, de condições degradantes em que ele é exercido, de situações de trabalho forçado. Vários casos apresentam traços que permitem identificá-los como “análogos ao trabalho escravo”: retenção de documentos, aliciamento por meio de dívidas que coagem a trabalhar sem pagamento, uso de violência, ameaças e privação de liberdade. Porém, não se sabe bem ao certo, e em que medida, se tais condições de clandestinidade e confinamento favorecem a criação dessas práticas, ou se são essas práticas que tendem a criar e reforçar a situação de clandestinidade e confinamento em que eles se encontram. De toda maneira, não se pode deixar de situar esse ramo submerso da atividade econômica dentro de uma cadeia de produção industrial que

alimenta desde o comércio de roupas populares até as grandes redes de lojas de *griffe*. Nesse sentido, pode-se dizer que este tipo trabalho, clandestino, forçado e degradante, disponibilizaria roupas a preços mais baratos no mercado brasileiro.

Por outro lado, se existem casos em que efetivamente se percebe “condições análogas ao trabalho escravo”, também é uma verdade que eles não podem ser generalizados. Existe uma enorme fragmentação e pulverização desta atividade de costura numa multiplicidade de pequenas oficinas, alojadas em prédios antigos, galpões de antigas indústrias, casas na periferia da cidade, etc. A terceirização e clandestinidade deste ramo de atividade apóiam-se numa multiplicidade de oficinas, que reflete uma grande diversidade de situações de relações de trabalho, bem como de arregimentação de mão-de-obra. Trata-se basicamente de uma arregimentação informal, feita em base a relações pessoais estabelecidas a partir dos locais de origem, na Bolívia, ou por meio do conhecimento criado entre os grupos de imigrantes em São Paulo. Em comum com a informalidade, característica da clandestinidade em que eles se encontram, está a ação da rede social em que se movem familiares e conterrâneos, condicionando fortemente os valores e linhas de conduta dos imigrantes. Por isso, ao lado das estratégias de certos “oficinistas”⁴ para reter sua mão-de-obra, que facilmente assumem o caráter de intimidação e coação para o trabalho, existe também uma grande rotatividade entre os costureiros. Eles abandonam facilmente seus locais de trabalho por um outro, em troca de um melhor salário em outra oficina, deixando o oficinista numa situação de constante insegurança. Assim, esse contexto de clandestinidade, sem regulação por parte do poder público, a temporalidade do trabalho, sua flexibilidade, a competição acirrada

entre todos imigrantes (entre oficinistas, entre trabalhadores e oficinistas, entre os próprios trabalhadores, no interior de cada família), gera uma grande descon-fiança, que se soma àquela advinda de sua condição de estrangeiro, em conflito latente com a sociedade brasileira.

Assim, da mesma maneira que as “condições análogas de trabalho escravo”, a situação de clandestinidade das oficinas de costura e dos imigrantes bolivianos parece não ser condição suficiente para se poder compreender o confinamento a que os bolivianos estão submetidos, e que agravam suas condições de saúde.⁵ Se há uma constatação real da hostilidade em alguns ambientes brasileiros, da insegurança devida à sua situação de irregularidade, do estranhamento diante das imposições legais e sociais da sociedade brasileira, também é verdade que existe entre os bolivianos um meio social fechado que condiciona seus relacionamentos familiares, os valores de seu comportamento e convivência social, a competitividade no trabalho, e que filtra o relacionamento com as pessoas e estruturas institucionais do país em que se instalaram. Seria o caso de lembrar que existe uma condição social própria do migrante, emigrante em relação a uma sociedade de origem, imigrante e estranho em relação a uma sociedade que o recebe, condicionando fortemente todos os seus relacionamentos sociais. Essa condição social do migrante encontraria no trabalho a sua principal fonte de legitimação, o que pode ajudar a explicar a resistência de muitos imigrantes a saírem do confinamento em que eles se encontram, mesmo quando existem possibilidades reais que lhes são oferecidas, como as do Programa de Saúde da Família, o dos serviços da Pastoral do Migrante.

Pelos depoimentos tomados entre agentes PSF e da Pastoral, alguns dos traços dessa condição social emergem ao longo das visitas realizadas. A

primeira constatação é a da centralidade do trabalho no modo de vida dos imigrantes segregados nas oficinas de costura, no interior de uma metrópole como São Paulo. O espaço das casas é ao mesmo tempo local de moradia e de trabalho, estando fortemente condicionado pelas exigências do trabalho na costura, tendo as máquinas ocupado o lugar central. Todo o tempo dos imigrantes, por sua vez, está condicionado pelo trabalho febril nas máquinas, mal sobrando tempo para refeições, para descanso e mesmo para o cuidado dos filhos. Aliás, todo o relacionamento entre os moradores, da família do oficinista e das demais pessoas que são agregadas, e destes com aqueles que as visitam, está condicionado por esta verdadeira obsessão pelo trabalho. Algumas declarações dos agentes vão deixando isso patente:

“Nesse prédio deve ter uns setenta por cento que são bolivianos (...) é pensão, é tudo oficina e tem alguns que tem dois apartamentos, então no apartamento tem na sala as máquinas de costura, e nos dormitórios é onde os caras dormem e tem um outro apartamento onde o dono mora e na sala tá colocada a mesa de corte e eles cortam lá, é uma mesa assim ‘grandona’, então eles cortam lá, então eles têm dois apartamentos”. (agente PSF 1)

“Quando ele entra numa casa parece que ele destrói. Destrói porque eles começam a pregar madeira pra dividir (...) como se fosse uma favela ali dentro, eles pegam compensado da rua e eles vão dividindo e ali mora um casal, mora outro casal e vai indo assim (...) fazem cortiço, são vários quatinhos, onde ali vai chegando um casal da Bolívia e vão colocando, colocando... as máquinas ficam tudo junto, só o lugar de dormir que é separado”. (agente PSF 2)

Esse ambiente físico voltado para o trabalho condiciona o modo como a família vive e se organiza, agregando várias pessoas em função da produção na oficina:

“O ambiente familiar é esse que eu falo, as crianças... quando é um apartamento que eles tá costurando, eles colocam as crianças o tempo todo trancada dentro daquele quarto, isolado ali, sozinho mesmo e eles costurando. Aquele som altíssimo, eu não sei como eles agüentam, porque tá muito alto, eu falo pra eles. E aí papo vai, papo vem, não levantam da máquina pra nada, tem uma pessoa que vem dá a comida ali na maquina. (...) A maioria ainda é assim, pode ver que sentado tem a fruta do lado e um copo. Aí vem uma pessoa na hora do café da tarde e dá o chá e a fruta já tá ali. Então não levantam dali pra nada, nem pra ver como que o filho está ali do lado. (...) então, às vezes as mulheres têm infecção de urina porque nem da máquina levanta pra ir no banheiro, ali fica horas, e vai girando aquilo”. (agente PSF 2)

Esse modo de vida voltado para o trabalho cria um ambiente opressivo, em que procuram se fechar, isolando-se dos vizinhos e se comunicando apenas entre eles, e uma rádio em alto volume, transmitida em espanhol, como reforço constante de sua identidade de bolivianos. O sinal físico mais evidente deste fechamento sobre si são as janelas permanentemente fechadas. Alegando que “*sentem muito frio*”, eles criam uma situação de confinamento inteiramente voltado para o trabalho e de isolamento em relação à sociedade brasileira. Um agente entrevistado manifesta sua perplexidade, não compreendendo, apenas intuindo o que significaria essa condição deslocada a que se submetem esses imigrantes:

“Eu acho que é o fato deles terem vindo de lá pra cá, porque a maioria já está legalizada, não é pela polícia federal, então o medo deles de tá fechado era da policia federal, já não é mais. Então eu não consigo entender o porquê. Inclusive quando eu chego, eu falo, pode abrir a janela, pode ir abrindo tudo pra deixar o ar entrar, eles abrem naquela hora, quando eu vou embora eles fecham. Então não dá pra entender, porque num prédio fechado não dá pra entrar um ladrão, entrar a policia, entrar... eu queria entender.” (agente PSF 2)

As oficinas são esse mundo próprio dos imigrantes, fechado ao entendimento dos brasileiros. Este ambiente se organiza em torno da família do oficinista, que agrega outras famílias ou jovens solteiros como costureiros, para a execução do trabalho. Ao lado da rotatividade dos costureiros empregados, outro dado é a sazonalidade, com as épocas de pico da produção, em que existe uma vinda periódica de outros imigrantes para o trabalho nas oficinas. De um lado, nas visitas o agente sempre encontra a família do oficinista a quem acompanha durante anos, mas também uma grande variação entre os outros costureiros bolivianos. Por outro lado, na figura do oficinista se misturam o chefe de família e o patrão da oficina. Quando o oficinista está aberto às visitas e recomendações dos agentes, o ambiente tende a se tornar mais limpo e as condições de saúde e de trabalho melhores; quando ele está mais resistente, os problemas de higiene, de saúde e de trabalho forçado tendem a se tornar mais presentes. São nas relações familiares, sobretudo na submissão das mulheres e no abandono dos filhos, nas situações de violência a que se submetem, que o confinamento mostra sua face mais perversa. Sobre um dos oficinistas mais resistentes à mudança de padrões de comportamento:

“Eu fui dizer pra uma mãe que acabou de ganhar nenê que ela tinha que trazer pra vacinar e ele disse: ‘não, vacina não influi em nada, não precisa dá vacina não...’ (...) Não é que ele não seja esclarecido, ele é esclarecido, mas ele faz questão de continuar com as coisas que ele trouxe de lá da Bolívia pra cá, ele não quer se adaptar ao nosso país, tem pessoa que não quer se adaptar, ele quer continuar como se ele vivesse lá”. (Agente PSF 2)

Esse oficinista, presente no Brasil há cerca de dez anos, apesar de estar fazendo tratamento para tuberculose, resiste a melhorar as condições de higiene em sua oficina, despreza os cuidados preventivos para sua mulher gestante, e apenas solicita o recurso aos serviços públicos quando surgem doenças, como a tuberculose. Os casos de tuberculose entre imigrantes bolivianos é a consequência mais evidente das más condições de higiene, de alimentação, de excesso de trabalho e de confinamento a que eles se submetem. É preciso acrescentar que essas más condições de higiene, principalmente por parte das mulheres, em relação ao seu próprio corpo e ao cuidado dos filhos, assim como as diferentes imposições e violências a que elas se submetem são um outro sinal, ao mesmo tempo causa e consequência, deste confinamento, de padrões de relacionamento familiar que se degradam neste contexto de submissão ao trabalho.

“A violência com o pai e a mãe é tão grande que eles ficaram crianças arredias, acuadas. A gente percebe a tristeza no olhar, como percebe no olhar de algumas mulheres também, um semblante triste porque a vida dela é só trabalhar. É o que mais elas

reclamam, só trabalhar”. (agente PSF 2)

A submissão excessiva das mulheres e o abandono dos filhos facilmente são associados aos padrões culturais a que muitos imigrantes, sobretudo da área interior do Altiplano Andino, se aferram para poder sobreviver em São Paulo, cujo objetivo seria trabalhar, poupar o máximo e poder retornar à Bolívia, ou permanecer “boliviano”, mesmo residindo em São Paulo. Se a exigência do trabalho é usada como justificativa para o mal cuidado dos filhos, também a manutenção dos padrões de higiene deste mundo rural é usada para explicar certas atitudes. Um agente usa o exemplo trágico da ignorância de uma mãe em relação aos cuidados de higiene para com seus filhos, a fim de assustá-los e ajudá-los a perceber a necessidade de mudança de comportamento:

“A mulher também é meia... suja a mulher. Então tinha uma criança, ela tinha três filhos, dois meninos e a menininha que era recém nascida, ela não fazia a limpeza direito. Então a criança ficou com catapora, ela levou no posto, o médico passou uns remédios, mas ela em casa na hora de dar banho nos meninos dava banho com a mesma água, os outros dois. Aí a menina ficou ruim e foi levada para o hospital, os outros dois levaram também para o hospital, o mais velho ficou bom e o do meio é que ficou ruim. (...) Diz que uma catapora que pegou interno, não é pra fora, na pele, é interno. É uma doença, não me lembro o nome da doença. Então, ele ficou com essa doença e não teve jeito. Foi imediato assim, invadiu o corpo do menino, ele ficou com a temperatura alta, os médicos se esforçaram pra ver se descobriam,

mas entrou em coma mais ou menos umas seis horas da tarde e quando foi onze horas faleceu. (...) Na oficina e por causa da higiene. Ela não limpava direito o banheiro, sempre deixou um monte de roupas molhadas lá, então não pode, foi isso daí, a contaminação. Isso daí eu passo a experiência, eu passo pra eles”. (Agente PSF 1)

Se existe em muitas oficinas uma certa mudança de comportamento, uma melhor recepção às informações do agente de saúde, uma frequência maior dos serviços públicos de saúde e educação, bem como um crescimento do movimento associativo entre os imigrantes bolivianos e uma maior exposição no espaço público brasileiro – o núcleo de resistência à inserção mais adequada no espaço urbano se encontra dentro da família. A partir das visitas, pode-se perceber como nas relações familiares, a condição de emigrante no Brasil tende a pautar o seu modo de vida, nos espaços segregados das oficinas de costura, confinando-os no círculo vicioso do trabalho degradante, nos subterrâneos da indústria têxtil brasileira, sem qualquer registro ou direitos garantidos, e se fechando à possibilidade de canais alternativos para o exercício de sua própria cidadania. Sair deste círculo vicioso da condição emigrante é uma tarefa a que tanto as políticas públicas, quanto a Pastoral do Migrante, são chamadas a permitir que os próprios migrantes possam realizá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para sair do confinamento, os imigrantes deverão inevitavelmente levar em consideração, não apenas o lugar que as oficinas ocupam na cadeia de produção têxtil, o contexto de clandestinidade do trabalho a que parecem ser constantemente remetidos, mas também a sua condição de

emigrante e imigrante, os padrões culturais que pautam seu cotidiano. São ao mesmo tempo questões urgentes e dilacerantes. Não há como se inserir socialmente, lutar e poder usufruir seus direitos, e exercer sua cidadania, para ter uma melhor qualidade de vida no interior do espaço urbano paulista, sem se submeter a algum tipo de adaptação. Os traços culturais mais valorizados que os distinguem, com que mais se identificam, talvez sejam os que mais os bloqueiam na percepção dos caminhos possíveis para sua inserção social. Não é por nada que eles se confinam no espaço segregado de suas residências, onde trabalho e vida familiar se misturam, onde os sonhos de prosperidade que os trouxeram ao Brasil podem se tornar pesadelos, e as cobranças entre pares se tornam uma verdadeira escravidão. Nesse espaço se joga o dilema surdo: se adaptar e permanecer boliviano ao mesmo tempo; se inserir na cidade sem abandonar seus costumes mais inalienáveis.

As visitas se mostraram como a brecha para uma intervenção nesse espaço segregado por parte de instituições da sociedade de recepção, abrindo a possibilidade de novas formas de adaptação. Toda a questão se joga na possibilidade de os próprios migrantes serem os reais protagonistas nesse processo de adaptação. A novidade indicada pelo projeto *Somos Hermanos*, sobretudo pela prática de visita às oficinas, demonstra que não há política pública (ou estratégia pastoral) que possa permitir pleno espaço de participação e exercício de direitos pelos migrantes, sem o contato direto com eles no seu espaço segregado. Não pode haver integração social, sem que os imigrantes mesmos coloquem em questão a lógica que preside o seu projeto migratório. Ele também não acontecerá, sem que todos, inclusive vários setores da sociedade brasileira, se questionem como esse projeto

migratório (que os exclui como cidadãos na sociedade de recepção), por vias não-ditas, se transforma numa etapa importante no interior de uma forma perversa de acumulação de capital. Ao lado de todo movimento pela eliminação dos abusos perpetrados pelo trabalho forçado, ou por uma lei de migração justa que inclua a todos como seres humanos, não importando sua origem ou nacionalidade, os imigrantes também precisam de pontes de diálogo que entrem no espaço confinado de suas oficinas, onde vivem e trabalham, e colocam em jogo a parte mais valiosa de suas vidas.

* **Sidnei Marco Dernelas é Missionário Scalabriniano e Diretor do Centro de Estudos Migratórios/CEM.**

NOTAS

1 - O projeto se concentrou na Sub-prefeitura da Moóca na cidade de São Paulo, particularmente nos bairros do Pari, Belém, Moóca e, sobretudo, a partir da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Brás, funcionando basicamente durante os anos de 2004 e 2005. Este texto se serve de todo um trabalho em andamento de reconstituição da memória da Pastoral dos Migrantes na Igreja N. Sra. da Paz, em que vários agentes de pastoral e migrantes foram sendo entrevistados, inclusive aqueles que participaram diretamente desse projeto específico. Por outro lado, resta dizer que a realidade das oficinas de costura em que trabalham imigrantes hispano-americanos não é nova. Ela já foi denunciada e estudada anteriormente. Citamos os trabalhos realizados por Sidney Antônio da Silva, em particular sua dissertação de mestrado (1997), além de artigos publicados na Travessia. Agradecemos as observações de pe. Mário Geremia ao texto final deste artigo.

2 - É de se notar que os agentes, quando relembram suas visitas às oficinas, mais falavam sobre questões de documentação do que aquelas referentes à prática religiosa e comunitária. Isto não só porque essa é a principal demanda dos próprios imigrantes, mas também porque o espaço da Pastoral, principalmente na Igreja da Paz, talvez tenha mais se identificado como um local onde poderiam encaminhar e resolver prioritariamente seus problemas jurídicos, e em segundo lugar como espaço comunitário e religioso.

3 - É preciso acrescentar e reconhecer que, entre os imigrantes bolivianos, os benefícios do acordo Brasil-Bolívia contribuíram muito para essa mudança de atitude, na medida que houve uma forma de reconhecimento jurídico de sua presença no país, e logo, do acesso a direitos básicos. O crescimento da participação dos bolivianos na demanda de serviços públicos de saúde, creche, escola é notada por todos os entrevistados, que reconhecem também que este é um fator de conflito com moradores brasileiros que demandam pelos mesmos serviços.

4 - "Oficinista" é como é conhecido o dono da oficina, que controla as máquinas, contrata os trabalhadores e se relaciona com os fornecedores e compradores de seus produtos. Posição ocupada anteriormente pelos imigrantes coreanos, em geral o "oficinista" se encontrava em situação regular no país, enquanto os outros costureiros estariam ilegais. Depois do acordo bilateral, e após vários anos de presença de imigrantes bolivianos em São Paulo, também esse quadro varia muito de oficina para oficina, de uma região da cidade para outra. Sempre é bom ressaltar que os depoimentos tomados refletem um quadro posterior ao do projeto *Somos Hermanos*, em que ainda não vigorava o acordo bilateral, e portanto a insegurança dos imigrantes era muito mais sensível.

5 - Esta constatação é manifestada explicitamente pelos agentes, que em suas visitas não percebem atualmente tantos sinais de "escravidão" nas relações de trabalho, ou mesmo uma situação de temor acentuado pela ação da polícia ou de denúncia de vizinhos. Se existe um temor pela visita de estranhos, e relatam mesmo casos em que há resistência em abrir as portas, os agentes em geral declaram que não encontram maiores dificuldades em entrar nas oficinas, ou mesmo em se comunicar com eles (embora a questão da língua seja sempre um problema). Também aqui o acordo bilateral criou uma situação de maior segurança. Aliás, a presença mais visível de bolivianos nos serviços públicos, bem como nas manifestações culturais, seriam sinais claros de que a questão da clandestinidade estaria se relativizando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SILVA, Sidney Antônio da
(1997) *Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas.
- SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE
(2005) *Travessias na desordem global*. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas.

ROMPENDO BARREIRAS

Os bolivianos e o acesso aos serviços de saúde na cidade de São Paulo

*Elaine Cristina Camillo da Silva **

Considerando que o Brasil é meta de migrantes vindos de países latino-americanos, asiáticos, africanos, evidencia-se a pertinência de um estudo sobre essa presença no âmbito das relações assistenciais, também na saúde. De fato, recentes publicações versam sobre a fruição do direito à saúde por estrangeiros (e brasileiros não residentes) na região de fronteira, entre o Brasil e os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Mesmo pretendendo ser um mercado comum, caracterizado pela livre circulação de pessoas¹, mercadorias, serviços e capital, no MERCOSUL permanece a ênfase no plano econômico (Dal Prá et al., 2007), porém, gradualmente, desde 1996, o Subgrupo de Trabalho 11 “Saúde” (SGT 11) e a Reunião dos Ministros de Saúde – vêm trazendo para o debate o desafio da prestação dos serviços sociais, entre os quais o da saúde.

Como parte desse processo, foi criado o Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras (SIS Fronteiras)², coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. É um projeto nacional, que envolve todos os estados de fronteira com os países vizinhos da América do Sul, com o objetivo de integrar ações e serviços de saúde na

região de fronteira, através de diagnósticos locais de saúde para subsidiar a elaboração do Plano Operacional.

Entre os diagnósticos já concluídos, ressaltamos o “Diagnóstico Local de Foz do Iguaçu”, o qual evidenciou a necessidade de uma política específica para a região de fronteira, que considere as características de sua população flutuante (turistas, paraguaios e brasileiros residentes no exterior), com a conseqüente dificuldade de planejamento de ações e previsão de gastos. Por outro lado, foram identificadas situações favoráveis, que podem promover melhorias no sistema, como a concepção da “região fronteira como uma grande região sanitária”, além dos limites dos países, articulando as ações e serviços de saúde de um lado e de outro da fronteira.

Outros grupos de pesquisa têm se debruçado sobre a questão do acesso dos estrangeiros aos serviços de saúde. Um dos temas centrais da discussão é a questão da garantia do direito universal à saúde na zona de fronteira.

Uma pesquisa do tipo inquérito, realizada em 2005, envolvendo “os secretários de saúde dos municípios brasileiros da linha de fronteira com os países membros do MERCOSUL na época de sua fundação” (Uruguai, Paraguai e Argentina), verificou a

existência de barreiras de acesso ao SUS, que obrigam estrangeiros e brasileiros não residentes a recorrer a subterfúgios, como a apresentação de comprovante de residência de parentes ou amigos brasileiros; tal estratégia desencadeou ulteriores exigências da parte dos gestores, consideradas pelos autores como uma violação do direito à saúde, “ferindo a legislação nacional”. Se para os estrangeiros regularmente presentes no país, a legislação³ garante “todos os direitos reconhecidos aos brasileiros” (artigo 95 do *Estatuto do Estrangeiro*), os que se encontram em situação irregular estão impossibilitados de exigirem seus direitos⁴, entre os quais, o acesso aos serviços de saúde (Giovanella et al. 2007).

Existem, pois, estudos sobre o acesso de estrangeiros aos serviços de saúde na zona de fronteira. Porém, outras regiões no País com problemática semelhante também carecem de atenção, como é o caso específico da cidade de São Paulo, sobre a qual nos deteremos a seguir.

A cidade de São Paulo é a que concentra o maior número de imigrantes no país. Dentre esses, na atualidade, uma das maiores presenças é a dos bolivianos, cuja inserção dá-se, majoritariamente, via indústria da confecção. As condições de trabalho nas oficinas de costura, como já amplamente divulgado pela mídia e

por estudos, demandam sérios riscos à saúde.

No ano de 2003, diante do aumento dos casos de tuberculose, principalmente junto aos bolivianos, a Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Pastoral do Imigrante, adotou algumas medidas visando incorporar os imigrantes aos serviços da rede de saúde. Foi realizada uma ampla campanha de esclarecimento junto à comunidade boliviana através de material informativo impresso no idioma espanhol e, nas Unidades de Saúde instaladas nos bairros de maior concentração de bolivianos – sobretudo Brás, Bom Retiro e Pari – deixou-se de exigir do imigrante a apresentação de documentos como pré-requisito para o atendimento.

Na sequência, foram promovidas também medidas para aproximar os imigrantes bolivianos das Unidades de Saúde, principalmente através de visitas domiciliares das equipes do Programa Saúde da Família (PSF); da contratação de profissionais bolivianos, bem como do fornecimento de cursos de língua espanhola e da cultura do imigrante para os profissionais dos serviços de saúde. Com isso, aos poucos os bolivianos começaram a frequentar mais as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e, se antes o problema era favorecer o acesso, com a entrada dos estrangeiros no cotidiano dos serviços, outras questões começaram a surgir.

A EXPLICITAÇÃO DO PRECONCEITO

Com o objetivo de conhecer a experiência dos profissionais de saúde ao interagir com pacientes estrangeiros nas UBSs e no PSF (unidades mistas) – iniciativa esta pouco conhecida até mesmo na cidade de São Paulo – desenvolvemos uma pesquisa de campo

a partir dos significados e interpretações dados pelos próprios agentes envolvidos na pesquisa⁵.

Dentre os vários aspectos trazidos à tona pelos informantes⁶, daremos aqui atenção ao reconhecimento da existência de preconceitos.

Os profissionais estão reconhecendo a existência de preconceitos ao presenciarem expressões na unidade de saúde, em relação aos estrangeiros, de modo especial, os bolivianos⁷. Os profissionais estão percebendo o preconceito em si mesmos, em outros colegas da equipe, na população que frequenta a unidade e até mesmo nos próprios estrangeiros que chegam. Transcrevemos, a seguir, as falas que explicitam a existência do preconceito, bem como atitudes de intolerância, hostilidade e discriminação.

“O preconceito é de quem chega, e é um preconceito de quem recebe também, não vou falar pra você que eu nunca me vi numa situação preconceituosa porque eu admito isso.” (E 2, profissional)

“Essa história de falar que brasileiro não é racista, eu acho que isso é uma mentira! Eu acho que existe sim, não só dos funcionários, da própria população. Eu já participei de reuniões de comunidade, assim de hostilizar e verbalizar a hostilidade: ‘eles vieram aqui para tomar conta do lugar, pegaram nossos espaços, pegaram nossos trabalhos... vocês atendem mais bolivianos, vocês atendem só bolivianos, vocês não dão conta dos outros, vocês não querem saber dos outros’... existe sim, da própria população, não é nem do funcionário.” (E 10, profissional)

Refletindo sobre as causas dos preconceitos, os profissionais consideraram importante reconhecer o motivo da rejeição: emergem questões como a relação com o desconhecido, o sentir-se ameaçado – por ter a sensação que o

estrangeiro está “invadindo” o território. Tal sensação parece estar relacionada com o fato de os estrangeiros serem aparentemente em grande número, inclusive em aumento, apesar de não terem dados precisos.

“Eu estou aqui há dois anos, de dois anos pra cá aumentou muito, eu não sei... aí eu vou aventar hipóteses. Ou aumentou muito, porque aumentaram eles em número, isso é uma realidade, os imigrantes aumentaram em número. Aumentaram em número aqui dentro da UBS porque também se sentem mais confiantes, porque entenderam a proposta de saúde do SUS, que todos têm direito.” (E 2, profissional)

“O que é real é que o boliviano procura mais. Ele vem. Ele busca, se ele fica mais doente, ou menos doente, eu não sei te dizer, mas ele procura mais. Se você olhar a sala de espera da gente, em geral tem metade de gente que é boliviana, metade é o resto.” (E 11, profissional)

Não só os bolivianos têm vindo para os serviços de saúde, como também os profissionais têm ido até eles, nas visitas domiciliares. Os profissionais estão tendo a percepção que os bolivianos vivem de modo desumano, em condições desfavoráveis de trabalho e habitação, por vezes levando a identificar os bolivianos com as piores características encontradas, reforçando de certo modo o preconceito.

“Porque você vai em oficinas que você fala assim: ‘nossa, que organização’, você em oficina que você não acredita que é uma oficina lá dentro! Então... são mundos totalmente diferentes do nosso. Eu já enfrentei favela, já enfrentei muita coisa... mas este tipo de ambiente você fica chocada! Você não acredita que, às vezes tem famílias, duas, três, dormindo dentro de um quarto! Você fica imaginando, gente, onde dorme... é uma coisa muito insalubre.” (E 3, profissional)

“Eu acho até que quem os contrata, já os contrata, seja coreano, brasileiro ou boliviano mesmo, que tem muitos bolivianos que contratam os próprios bolivianos, já os orientam com relação a sair o menor tempo possível de casa, tomar cuidado com os brasileiros, porque a gente escuta isso... deles próprios, eles têm medo de nos receber em casa, abrem a porta depois de um bom tempo... cheios de receios.” (E 4, profissional).

A idéia de um ambiente desumano é reforçada ao suspeitar que algumas mulheres frequentam a Unidade buscando uma ocasião de sair do ambiente da oficina, relatando inclusive situações de violência.

“Um dos motivos que eles procuram a unidade, é para sair de dentro das oficinas. A gente vê que não é só pela doença, pelos sintomas, dor, mas para sair daquele ambiente, deu para perceber isso! Que ali são maltratados, são violentados... Várias bolivianas vêm aqui com queixas referidas... em relação à dor de cabeça, dor de estômago, mas na verdade elas vêm à procura de ajuda! Sofreu violência física, moral então, nem se fala!” (E 12, profissional)

Aos profissionais pode parecer que para os bolivianos seja normal viver e trabalhar assim, chegando a supor que na Bolívia seja pior do que em São Paulo. No entanto, os bolivianos entrevistados mostram que essa afirmação não pode ser generalizada, uma vez que também eles não consideram digna a situação em que se encontram e falam que não estavam acostumados com este modo de viver.

“Na Bolívia tem espaço como aqui, a mesma coisa que aqui. Quando vai no trabalho, das 8 até às 5, às 5 volta. No Brasil não... os Bolivianos não tem essa... quando tem casas muito grandes, tipo em cima e em baixo, fica muitas pessoas, tipo 10 pessoas, 20 pessoas... morando juntos, só um quatinho à parte, à parte... Estou morando no

prédio, 6 pessoas, morando juntas... [isso às vezes] atrapalha!” (E 6, paciente boliviano)

Os profissionais estão, desse modo, formando uma representação do outro, descrevendo o estrangeiro com características físicas e de comportamento, comparando entre as várias origens. Procuram explicar a própria representação dos vários grupos de imigrantes segundo o tempo que estão no Brasil, a motivação da vinda, a condição legal de permanência, as atividades econômicas realizadas, a comunidade mais aberta ou fechada para integração com brasileiros.

A migração dos bolivianos é relacionada, na representação dos profissionais, à necessidade de sobrevivência, bem como suas atividades de trabalho e comportamentos decorrentes, como a oscilação na frequência nos serviços de saúde, de acordo com os ciclos de produção na costura.

“Eu sinto assim, que os sul-americanos, os bolivianos, paraguaios, são mais submissos, essa é a sensação que eu tenho. Os outros são mais questionadores, são mais reivindicadores. [...] Acho até por conta da própria história de vida dessas pessoas. O boliviano vem pra cá em uma condição mais inferiorizada. Em geral ele vem não legal, em uma maneira ilegal, aí vai tentando se estabelecer.” (E 11, profissional)

A partir do reconhecimento, portanto, da existência do preconceito, os profissionais estão buscando estratégias de enfrentamento dos próprios preconceitos e do preconceito de terceiros.

“Acho que é a partir do conhecimento que o preconceito ele vai se desfazendo. Eu acho que assim, entender a cultura do outro, não é eu entender o outro coitadinho, mas me enriquecer, para eu me nutrir, para eu estar me instrumentalizando para trabalhar com o diferente. Porque o referencial de

normal não sou ‘eu’, o referencial do padrão não é o meu conhecimento, não é a minha ação [...] Falta pra nós também iniciativa de estar correndo atrás de conhecer.” (E 4, profissional)

“A gente continua com aquela luta de mostrar que o boliviano não é um extra-terrestre, é um ser humano como qualquer um! Inclusive, tive a satisfação de ser convidado para dar algumas palestras na escola [...] falar sobre a cultura boliviana, onde muitos alunos tinham uma imagem do boliviano bem diferente daquilo que é a realidade. Achavam que era um... bicho de sete cabeças, enquanto não é... é uma pessoa normal, um ser humano comum como qualquer outro!” (E 15, Agente Comunitário de Saúde boliviano)

“Eu vejo meio assim, se nós deixássemos as diferenças de lado, e meio que tivéssemos um denominador comum que é a pessoa [...] Então se eu vejo, independente de ser imigrante, independente de ser de rua, o ser humano, eu encontro um denominador comum, aí eu consigo... trabalhar de uma forma menos conflituosa [...] em alguns momentos, eu consigo fazer isso. Em outros, eu vou dizer para você que eu sou um ser irascível, tem hora. Eu admito isso, eu sou humana também, eu não vou dizer pra você que eu sou 100% assim, não. Eu tenho essa consciência.” (E 2, profissional)

Dentro da unidade, no espaço de atuação do serviço, uma estratégia encontrada é a de continuar a atender indiscriminadamente a todos, entendendo, inclusive, ser esta uma postura característica de um profissional.

“A gente é profissional, a gente tem que tratar todo mundo igual, independente de quem seja. Até falei para você, a gente trabalha também com moradores de rua, com albergados, é o mesmo tipo de atendimento, independentemente de raça, time, cor, religião, né, como a gente fala. É o

mesmo tratamento. Aqui todo mundo é igual. Não tem essa discriminação. [...] o ser humano em geral, o boliviano, eu, negra, o branco, o boliviano, ... o africano, o argentino... acho que todo mundo tem direito a ter saúde". (E 1, profissional)

"E aí... existe essa questão, entendeu? Da população do bairro reclamar que a gente atende mais boliviano que eles. Agora como que a gente lida com isso? Não tem como lidar. [...] A gente mostra isso aqui: se você vier, você é atendido!" (E 11, profissional)

UBSs, UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA

Os entrevistados, para além da constatação do preconceito, também explicitaram estar percebendo um processo de integração em andamento. A unidade de saúde é vista como um espaço de convivência, por ser um dos poucos espaços frequentados pelos bolivianos adultos, fora das oficinas de costura. As crianças e jovens, frequentando as escolas, têm um processo diferente, mais acelerado.

"Você oferecer a saúde indiscriminadamente. Esse é o caminho. Por isso, é inegável que isso aqui é um espaço de convivência. Pelo sim pelo não, eles vão estar ouvindo alguém falar o português, e em outros idiomas, o grosso vai ser o português porque nós estamos no Brasil, né? Mas... pelo sim pelo não é um espaço de convivência. É um espaço que favorece a integração, vamos dizer que não vai ter aquela integração maciça, aquela coisa né, de você ficar 24 horas por dia escutando programa brasileiro, conversando com brasileiro, vivendo dentro da casa do brasileiro, entretanto, é um espaço de integração." (E 2, profissional)

Os profissionais estão também percebendo um processo de trans-

formação na própria percepção da realidade. Os primeiros contatos permanecem na lembrança como encontros com uma realidade até então desconhecida, uma reação inicial de resistência, diante de algo que surpreende, pela quantidade de estrangeiros até então nunca vista, pelo modo como vivem.

"Assim, com nortistas você sempre trabalha, porque eu trabalhava em periferia, você sempre trabalhava, agora com migração, principalmente boliviana, é a primeira vez, algo que se você chega de sopetão é assustador! Porque você acha que é um ou outro, não que são milhares. Então isso, de início, assusta, depois você acaba aprendendo a se relacionar." (E 3, profissional)

Com o tempo, percebem que aprendem a se relacionar, desenvolvem estratégias, como imaginar-se no lugar do outro, buscar compreender a perspectiva do outro.

"Interessante que quando a gente vai para um outro país você pode experimentar a sensação de estar num outro país, e depender da boa vontade do outro. Tá na cara, quando você não fala a língua, não domina o idioma, vai depender da boa vontade do outro [...] Eu fico imaginando o quanto é triste para a pessoa ficar do outro lado, depender do outro..." (E 2, profissional)

Nem todos os profissionais entram no processo de interação; alguns permanecem resistentes; as diferentes perspectivas podem gerar uma situação conflituosa entre os colegas de trabalho:

"Eu fico me perguntando isso, eu questiono os colegas de trabalho. 'Será que essa sua visão vai contribuir para a gente melhorar a situação de saúde?' E várias vezes nos questionaram, a mim e ao outro enfermeiro [nome], que a gente faz um trabalho com tuberculose, 'quanto mais você atender, de uma forma melhor, mais eles vão te procurar!'

'Você não vai resolver essa situação!'" (E 4, profissional)

Segundo a perspectiva dos Agentes Comunitários de Saúde, também os pacientes bolivianos estão vivendo um processo de transformação na própria percepção da realidade, principalmente em relação às ações de saúde, como a percepção do doente com tuberculose, o planejamento familiar, o pré-natal, o acompanhamento das crianças. As mudanças são recordadas como uma passagem de um início difícil (tendo como marco o início do Programa Saúde da Família) e uma melhora durante o processo, ainda que persistam algumas dificuldades.

"E quando tem caso de TB (tuberculose), paciente doente, a pesquisa é feita na oficina, com o auxiliar, ou a enfermeira mesmo, vai comigo, explica os riscos que tem, para saber... para que eles possam lidar com essa pessoa. Porque era assim... no começo, aparecia alguém com essa doença, eles expulsavam da casa! Hoje em dia não acontece isso. Eles aceitam, convivem com ele, não é uma coisa assim... como tinham pensado eles, né?" (E 14, Agente Comunitário de Saúde boliviano)

HÁ MAIS CAMINHO A SER PERCORRIDO

Ainda que o acesso tenha sido garantido aos estrangeiros, ainda que os profissionais dos serviços de saúde dos bairros estudados considerem ter o dever de dar assistência a todos indiscriminadamente, as estratégias de enfrentamento desta realidade estão sendo construídas.

Sendo a interação entre as pessoas o objeto de nosso estudo, revelou-se como adequado o Interacionismo Simbólico como referencial teórico. Trata-se de uma perspectiva da Psicologia Social elaborada por Mead e Blumer, a partir

dos anos 30. É uma “teoria em que o significado é o conceito central, onde (sic) as ações individuais e coletivas são construídas a partir da interação entre as pessoas, que definindo situações agem no contexto social a que pertencem” (Lopes, C. H. e Jorge, M. S. B., 2005).

Este referencial considera as perspectivas, a visão de mundo, como parte integral do ser humano: é algo partilhado, influenciado, modificado na interação com outras pessoas. Relacionando entre si as várias perspectivas (a partir das várias situações em que interage com outros), o indivíduo ordena sua percepção e definição da situação (Charon, 1989).

O interacionismo simbólico pode contribuir com sua noção de processo, de transformação da percepção de si mesmo e do outro, na interação. De fato, surge fortemente o fator tempo de interação entre o profissional de saúde e o paciente estrangeiro (propositalmente no singular, por tratar-se de uma relação pessoa-pessoa). Os contatos diários com os pacientes estrangeiros, principalmente bolivianos, e com seus domicílios tende a levar a uma construção de uma imagem generalizada, a formar, portanto, um novo “pré-conceito”, agora baseado na experiência. Mas o desafio é sempre o de não fossilizar a experiência, de permanecer abertos para cada nova realidade que se apresenta com cada paciente que entra pela porta. Todavia, este desafio esbarra no fator tempo, pois os agentes de plantão nas UBSs vêm-se muitas vezes pressionados a buscar uma solução “rápida e fácil”, incorrendo com isso facilmente no “pré-conceito”.

Percebemos como nos dados surgiu essa questão, através das estratégias buscadas para superar o preconceito: conhecer a realidade e buscar ver no outro a pessoa que é.

De fato, perceber o outro como pessoa é um passo importante. Primeiro reconhecemos que estamos diante de uma pessoa como nós, depois será desencadeada a atração ou a repulsão por essa pessoa, a simpatia ou a antipatia. Através da percepção, podemos apreender imediatamente que pessoa é diferente de cadeira, nem precisamos raciocinar, porque existe um ato que é anterior. Percebo que somos dois, não somos idênticos, mas somos semelhantes: o outro é pessoa humana como eu (Ales Bello, A., 2006).

O que fazer diante da pessoa que tenho diante de mim, como responder à sua presença? A minha responsabilidade para com ela, no caso, como profissional de saúde, precisa ser acompanhada por um ato da razão.

Surge a questão: todo e qualquer conhecimento e experiência anterior necessariamente prejudica a interação atual? Buscamos ajuda na hermenêutica de Gadamer para responder. Ainda que desenvolvida como reflexão sobre a compreensão e interpretação de textos, a hermenêutica traz elementos que podem nos ajudar no processo dinâmico de interação entre pessoas.

“Em geral tem-se de dizer que é somente a experiência do choque com um texto – seja porque ele não oferece nenhum sentido, seja porque seu sentido não concorda com nossas expectativas – o que nos faz parar e perceber um possível ser-diverso do uso da linguagem.” (Gadamer, 1998, p. 403)

A hermenêutica considera que o texto traz em si uma alteridade (no nosso caso, não o texto, mas a fala de uma pessoa), não só quanto à linguagem como também ao conteúdo, trazendo a opinião de um outro, que não necessariamente compartilhamos mas temos de tomar conhecimento. A hermenêutica propõe uma abertura para receber a alteridade do texto, apropriando-se das “próprias opiniões prévias e precon-

ceitos”, a fim de deixar que o texto se mostre na sua alteridade, podendo confrontar o quanto apresentado por esse com as próprias opiniões prévias (Gadamer, 1998).

O que gostaríamos de ressaltar, como pertinente ao tema em discussão, é a possibilidade de que existam “preconceitos legítimos”, trazendo em pauta a difícil questão: como diferenciar os preconceitos legítimos daqueles que precisam ser superados? O desafio é o de deixar-se questionar pelo que nos diz a outra pessoa ou um texto, enveredar por um caminho de reflexão para verificar a validade dos próprios argumentos.

Geraci et al. apresentam um percurso formativo dos profissionais de saúde que considera como ponto de partida a legitimação dos preconceitos. Algo em comum com a reflexão de Gadamer. Trazendo em pauta a especificidade da experiência da relação com o outro, com o diferente, o estrangeiro, em âmbito sanitário, propuseram um percurso feito de seis etapas (Geraci et al., 2005, p. 111-112):

a) *Legitimar os preconceitos.* Não necessariamente o conteúdo dos preconceitos, mas o fato de desenvolvê-los. Aceitar sua existência, sem precisar escondê-los, possibilita a busca consciente daqueles que podem ser um obstáculo para a relação, no caso, com os pacientes estrangeiros.

b) *Fornecer informações.* A formação em âmbito transcultural exige consulentes competentes e atualizados sobre as características dos movimentos migratórios, bem como sobre questões pertinentes às ações de saúde. Isso porque “fornecer informações corretas é parte essencial do processo de superação dos preconceitos”.

c) *Ajudar a tomar consciência das próprias vivências.* Reconhecendo o

importante papel do envolvimento emocional no processo formativo.

d) *Recolocar a cultura “no seu lugar”*. Ou seja, reconhecer o seu valor na justa medida. Isso porque estamos diante de uma pessoa, não da cultura. Cada pessoa, no caso, migrante, está envolvida em um processo de mediação entre a cultura dos pais, a cultura do país que a está hospedando e vivências específicas do seu “ser migrante”.

e) *Ajudar os profissionais a tomar consciência que os interlocutores estão empenhados em processos semelhantes aos nossos*. Ou seja, reconhecer que também os pacientes estrangeiros têm preconceitos a respeito dos autóctones – ou estrangeiros de outras nacionalidades – e também precisam tomar consciência e receber informações para poder superar os preconceitos.

f) *Lembrar que poucas coisas são tão fluidas e em transformação como a identidade das pessoas*. Ver a pessoa diante de nós, o estrangeiro, e a nós mesmos, como pessoas em contínua transformação, permitindo que nossas relações sejam flexíveis, dinâmicas.

DEIXANDO-SE QUESTIONAR

Enquanto a segregação caracteriza a separação dos grupos, vimos como as UBSs / PSF do Brás, Bom Retiro e Pari se constituíram em espaços de interação. De certo modo, inicialmente provocados pela necessidade de controlar a expansão da tuberculose, tornaram-se o estopim para um processo muito mais amplo. Um percurso recente, que exige reflexão, no fundo, para aprender a fazer uso das generalizações (até mesmo da ciência), reconhecendo a novidade e unicidade de cada nova situação, de cada pessoa.

No processo de interação entre pessoas oriundas de contextos sócio-

culturais diferentes, o que exige a superação de determinadas barreiras, é como se existisse um espaço, um novo território no qual o profissional de saúde e o paciente estabelecem uma relação de igual para igual, na qual não existe um procedimento padrão e rígido, mas tantos questionamentos, restando como guia mais seguro as palavras do paciente (Geraci et al., 2005).

*** Elanine Cristina Camillo da Sila é Doutoranda da Faculdade de Odontologia da USP, área de concentração Odontologia Social. Missionária Secular Scalabrini-ana.**

NOTAS

1 - Dal Prá et al. comentam, baseados em vários autores, que a livre circulação de pessoas é considerada o maior desafio do mercado comum; o modo como são tratadas as fronteiras demonstra que ainda são percebidas como áreas de segurança nacional e as migrações internacionais ainda não são vistas como possibilidade de desenvolvimento (Dal Prá et. al., 2007).

2 - O projeto SIS FRONTEIRAS contempla os 121 municípios fronteiriços do Brasil. Foi instituído pela Portaria GM/MS nº 1.120, de 06 de julho de 2005.

3 - Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 1980).

4 - “No Brasil, a Constituição Federal de 1988 afirma a saúde como ‘Direito de Todos e Dever do Estado’, e a Lei nº 8080 ao regulamentar o texto constitucional, reitera que ‘Saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis para seu pleno exercício’. Assim, ainda que a legislação em saúde não se refira especificamente ao acesso de estrangeiros ao SUS, depreende-se do texto legal que o direito universal à saúde transcende os cidadãos brasileiros natos ou naturalizados, pois se refere a todos os seres humanos, e que o acesso universal ao SUS deve ser garantido às pessoas independente de nacionalidade.” (Giovanela et al., 2007, p.263).

5 - A pesquisa de campo foi realizada com base em entrevistas gravadas, nas próprias UBSs (Brás, Bom Retiro e Pari), com profissionais de saúde (12) e pacientes estrangeiros (5), em um total de 17.

6 - Perguntas norteadoras para os profissionais: Como é a tua experiência na relação com pessoas de culturas diferentes (na UBS, no PSF)? Para os pacientes: Como é a tua experiência na relação com os médicos, enfermeiros, com os Agentes do PSF? No decorrer da entrevista, mesmo deixando que o entrevistado conduzisse a articulação dos temas por ele considerados relevantes, tínhamos a preocupação de fazer emergir suas reflexões quanto ao entendimento da língua e cultura, possivelmente relatando a experiência de uma consulta.

7 - Como também com as pessoas em situação de rua, com os moradores das favelas, mas neste estudo nos limitaremos a observar e discutir somente sobre a interação com os estrangeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALES BELLO, Angela
(2006) *Introdução à fenomenologia*. Bauru-SP, Edusc.
- CHARON, Joel M.
(1989) *Symbolic interactionism*. New Jersey, Prentice Hall, 3ª ed.
- DAL PRÁ, Keli R; MENDES, Jussara M. R.; MIOTO, Regina C. T.
(2007) “O desafio da integração social no MERCOSUL: uma discussão sobre a cidadania e o direito à saúde.” *Cadernos de Saúde Pública*, 23, Suplemento 2, p. 164-173.
- GADAMER, Hans-Georg
(1998) *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, Vozes, 2ª ed.
- GERACI, Salvatore; MAISANO, Bianca; MAZZETTI, Marco (orgs.).
(2005) “Migrazione, salute, cultura, diritti. Um lessico per capire.” *Studi Emigrazione*. CSER 42(157).
- GIOVANELLA, Ligia; GUIMARÃES, Luisa; NOGUEIRA, Vera M. R.; LOBATO, Lenaura V. C.; DAMACENA, Giseli N.
(2007) “Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde.” *Cadernos de Saúde Pública*, 23, Suplemento 2, p.251-266.
- LOPES, Consuelo Haf e JORGE, Maria S. B.
(2005) “Interacionismo simbólico e a possibilidade para o cuidar interativo em enfermagem.” *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 39(1), p.103-108.

UNIÕES EXOGÂMICAS DOS IMIGRANTES BOLIVIANOS NA FRONTEIRA DO BRASIL

*Wilson Fusco**

*Sylvain Souchaud***

A

união exogâmica de uma população imigrante na sociedade de recepção é frequentemente interpretada como sendo uma estratégia de integração da parte do próprio migrante. A palavra estratégia traduz a idéia que, de certa forma, existiria uma intenção por parte do migrante de tirar algum benefício a mais na união com um autóctone, benefício essencialmente individual e não diretamente ligado ao casal. Assim, considera-se em geral que, pela união exogâmica, o migrante vai se beneficiar de uma melhor integração na sociedade de recepção: seja pela obtenção da documentação e a simples possibilidade de permanência, seja pela obtenção de um estatuto social superior, já que a união traria uma posição ou uma ascensão social imediata no caso de união entre indivíduos de classes sociais diferentes. Afinal, a exogamia do migrante resultaria em sua integração na sociedade de recepção.

Essa perspectiva, mais centrada no migrante, completa-se com o que seria a perspectiva da sociedade de recepção. A exogamia, desde os trabalhos da escola de sociologia de Chicago, seria um elemento central no processo de assimilação dos migrantes. A assimilação envolve um processo cultural (aculturação e adoção dos padrões culturais da sociedade de recepção), social (refletindo-se em nível de escolarização, de renda, no setor de atividade) e biológico (mestiçagem que ocorreria nas gerações seguintes). Dessa forma, a união exogâmica seria, de fato, o indicador de um fator de assimilação do grupo migrante¹ e marcaria, de certa forma, o fim do ciclo migratório.

No entanto, como menciona Safi (2008), os negros norte-americanos e os irlandeses nos Estados Unidos seriam exemplos contrários à teoria clássica, embora ainda válida em

muitos casos. Os negros americanos, apesar de terem conhecido um forte processo de aculturação e de assimilação (reforçado por uma longa trajetória de migração nos Estados Unidos), ainda apresentam baixíssimos níveis de exogamia, e seguem fortemente diferenciados socialmente². Os irlandeses, por sua vez, mantiveram por muito tempo uma forte endogamia, independentemente de sua eficiente inserção socioeconômica.

Por último, em situações inversas, correspondentes a uma forte exogamia, não se verificam níveis de inserção socioeconômica acima do de outros grupos de imigrantes. Esse é o caso dos negros originários do Caribe residentes na Inglaterra, cuja exogamia é elevada e os seus níveis de escolarização e rendimento são mais baixos, se comparados com esses indicadores aplicados aos indianos ou chineses (Muttarak apud Safi, 2008).

Esses elementos brevemente expostos evidenciam como a exogamia de um grupo imigrante não apaga as fronteiras sociais, mas torna mais complexo o posicionamento do indivíduo na sociedade, sendo sua integração muito variável segundo as fronteiras consideradas. Por outro lado, verificamos mais uma vez que, tanto para o migrante como para o conjunto da população, a integração se define como construto em função de alguns critérios subjetivos, frente aos quais existe uma obrigação de êxito, como, por exemplo, na educação, na renda e, até mesmo num âmbito mais individual: na união.

Neste texto, queremos contribuir para o debate a partir da observação dos comportamentos matrimoniais dos bolivianos no Brasil. Apesar da população boliviana ser encontrada em alguns pontos específicos no Brasil, insistiremos no caso de Corumbá,

cidade limítrofe com a Bolívia, situada no estado do Mato Grosso do Sul, onde se observam arranjos matrimoniais diferenciados e para a qual dispomos de uma pesquisa domiciliar realizada em 2006.

CORUMBÁ: CIDADE DE FRONTEIRA, CIDADE DE IMIGRAÇÃO

Segundo o censo demográfico realizado em 2000 no Brasil, das mais de 680 mil pessoas nascidas no exterior, metade vivia no estado de São Paulo; o estado do Rio de Janeiro ficava em segundo lugar, com 20% dos não naturais. Quando restringimos esse contingente às pessoas nascidas na Bolívia (pouco mais de 20 mil pessoas), São Paulo continua em primeiro lugar, também com 50% dessa população, mas Rondônia (12%) e Mato Grosso do Sul (9%) são os estados com as maiores concentrações subsequentes.

A imigração boliviana no Brasil ocorre desde os anos 1950, mas ela vem ganhando força nos últimos dez a quinze anos. Hoje, os migrantes concentram-se principalmente na cidade de São Paulo (que abriga mais de 38% dos nascidos na Bolívia e residentes no Brasil), motivo pelo qual grande parte dos estudos acadêmicos sobre essa população circunscreve as análises a esta cidade (Buechler, 2004; Cymbalista & Xavier 2007; Silva C., 2008; Silva S. 2005, 2003, 1997). No entanto, os bolivianos estão presentes em outros lugares do país, e de forma marcante na fronteira internacional (Souchaud, Carmo, Fusco 2007).

A cidade de Corumbá é um lugar que agrega muita população boliviana. Segundo os dados do Censo do IBGE, residiam 1.022 imigrantes do país vizinho na cidade de Corumbá em

2000³, o que representa o segundo maior volume de imigrantes bolivianos no Brasil, atrás somente de São Paulo. Considerando o peso dos migrantes na população total da cidade, eles representam 1,2% dos corumbaenses, percentual expressivo e muito acima do que é verificado em São Paulo (0,07%)⁴. Apesar disso, Corumbá não é o lugar onde a população boliviana tem o maior peso, característica, na verdade, de outra cidade de fronteira, Guajará-Mirim, em Rondônia, na qual 2,8% dos habitantes são nascidos na Bolívia. É importante insistir que o Censo subestima a presença boliviana, por sub-registro, e segundo estimativa da Pastoral do Migrante local, a população boliviana em Corumbá seria de aproximadamente 8 mil indivíduos.

Além de sua importância demográfica, a imigração boliviana em Corumbá distingue-se bastante, tanto historicamente quanto sociologicamente, daquela verificada em São Paulo. O fluxo tem sido um pouco mais intenso nos últimos dez anos, de forma similar ao que acontece em São Paulo, mas a imigração, nesta fronteira, é mais antiga, sendo significativa desde os anos de 1950, quando se intensifica a integração binacional, principalmente a partir da construção da estrada de ferro na região, cuja obra foi concluída em 1954 (Manetta, 2009). Nas entrevistas que fizemos em Corumbá ao longo do ano de 2006, a década de 1950 foi mencionada numerosas vezes como sendo importante na aceleração do processo imigratório. A infraestrutura ferroviária não somente trouxe facilidades para a circulação, mas também muitos trabalhadores – nordestinos e bolivianos, principalmente – que seriam empregados nas obras ligadas à implantação da estrada de ferro.

Os bolivianos em São Paulo, por sua vez, são especializados na confecção têxtil e, segundo o censo (IBGE, 2000), 39% dos que trabalham são operadores de máquina de costurar roupa. Em Corumbá, a atividade principal dos migrantes é o comércio. Essa especialização entende-se pela localização da cidade, sendo a fronteira um lugar predileto para os comerciantes. Além disso, Corumbá desenvolveu há muito tempo e com bastante êxito essa função comercial. É importante mencionar que o forte empenho dos migrantes no setor comercial tem como consequência a feminização do fluxo. Com efeito, as atividades comerciais, seja nas feiras, seja na venda ambulante, são tradicionalmente desprezadas socialmente nas culturas andinas (quíchua e aimará, principalmente) da Bolívia, e geralmente “deixadas” às mulheres.

As origens geográficas dos bolivianos em Corumbá são também diferentes das dos imigrantes em São Paulo. São, ao mesmo tempo, diferentes e mais diversificadas. Esse elemento é importante, já que a variedade cultural da Bolívia se reflete na distribuição espacial, logo a migração em Corumbá oferece mais diversidade étnica. Os migrantes em Corumbá são originários, em sua maior parte, do departamento vizinho: Santa Cruz. Mas observamos a presença de populações andinas, pertencentes às culturas quíchua e aimará.

Nessa breve apresentação das especificidades da imigração boliviana em Corumbá, percebemos que seu estudo pode alimentar o conhecimento desta população migrante. Além disso, a antiguidade do fluxo e a diversidade cultural da população migrante nos permitem observar com maiores detalhes o processo de integração dos

migrantes, visto por meio das uniões exogâmicas.

ARRANJOS FAMILIARES DOS IMIGRANTES BOLIVIANOS

Para estudar os arranjos familiares e as uniões endogâmicas ou exogâmicas dos bolivianos em Corumbá, utilizaremos os dados de uma pesquisa domiciliar realizada em 2006, que juntou informações sobre uma amostra não representativa de 215 domicílios corumbaenses, os quais contam com pelo menos um dos chefes nascido na Bolívia⁵. Dentro destes domicílios encontramos 268 famílias (segundo o conceito de família utilizado pelo censo demográfico do IBGE, pode-se encontrar mais de uma família dentro de cada unidade domiciliar, chamadas de famílias conviventes), dentre as quais pelo menos 222 tinham como responsável (ou cônjuge deste) uma pessoa nascida na Bolívia.

A imigração em Corumbá, segundo os nossos dados, é marcadamente feminina (tratando-se da população adulta), fato este importante para se ter presente ao longo da análise. Desta forma, dentre a população dos chefes de família e seus cônjuges nascidos na Bolívia, 289 no total, 65% (188) são mulheres e 35% (101) são homens. Espera-se, portanto, um maior número absoluto de casos de exogamia entre as mulheres do que entre os homens⁶.

Nessa população de imigrantes chefiando famílias em Corumbá, existem várias modalidades de arranjos familiares. Primeiro, cabe observar que uma porção importante, 90 pessoas (31%), vive sem cônjuge; podemos dizer, adicionalmente, que tais pessoas vivem com um ou mais filhos, talvez até com outros parentes e agregados. Depois, outros 134 indivíduos imi-

grantes (46%) vivem como casais de bolivianos, isto é, em pares endogâmicos. Por fim, o restante dos imigrantes, ou seja, 65 pessoas (23%) vivem com um cônjuge brasileiro em uniões exogâmicas.

Duas observações decorrem desses dados. Em primeiro lugar, alguns dos migrantes bolivianos em Corumbá parecem seguir um dos padrões clássicos da migração, segundo o qual a migração é comportamento associado a adultos sem parceiros (cônjuges), geralmente em migrações arriscadas (por falta da documentação necessária, por exemplo). Esse adulto pode estar acompanhado de filhos ou de outra pessoa não cônjuge e, geralmente, tem pouco tempo de residência no destino. Isso não implica que o migrante seja solteiro, ele pode ter um cônjuge, o qual se manteve com ou sem os filhos no lugar de origem, assumindo uma atividade profissional ou mantendo uma casa. Essa opção corresponde ao objetivo de acumular rapidamente recursos e fontes de renda, ou simplesmente visa diminuir o peso financeiro da migração (caso fossem muitos os membros da família a migrar) ou limitar os impactos dos riscos inerentes a muitas migrações (no caso das migrações ilegais e/ou de permanências sem a documentação regular). A reunião do casal pode ser um objetivo a médio prazo, relativo ao tempo acumulado na migração.

Segundo, podemos dizer que em aproximadamente metade das famílias compostas por casais o imigrante vive em união (oficialmente casado ou não) com uma pessoa nascida no Brasil. A exogamia seria, então, muito comum entre os imigrantes que vivem em casais, embora a população migrante em sua totalidade não tenha adotado o modelo de união vigente na sociedade

de recepção. Essa nuance, mostrando duas situações extremas de um mesmo fenômeno, reflete não somente diferenças iniciais entre os migrantes como também o caráter dinâmico da migração. Com efeito, a migração se define em função do ciclo de vida e, ao mesmo tempo, ela alimenta e acelera a construção das etapas do ciclo vital. A população migrante, além de se caracterizar por perfis diferentes no momento da emigração, experimenta muitas situações de vida durante o período migratório, e essa variedade de situações familiares e individuais, em conjunto com a alta velocidade com que se modificam os arranjos familiares dos próprios migrantes na sociedade de recepção, reflete nos resultados da pesquisa.

Dentre as 222 famílias com pelo menos um responsável nascido na Bolívia, 40% (90 casos) eram monoparentais e 60% (132 casos) eram constituídas por casais. Destes, 65 eram casais exogâmicos, ou seja, um dos cônjuges era nascido no Brasil e o outro na Bolívia. Aproximadamente 72% dos casais exogâmicos (47 casos) eram constituídos por mulheres nascidas na Bolívia, e a minoria, 28% (18 casos), por esposos bolivianos. Essa proporção maior de mulheres bolivianas nos casais exogâmicos poderia ser interpretada como resultado da maior presença generalizada das bolivianas em todas as chefias de família, já que nos arranjos familiares nos quais um dos responsáveis tenha nascido na Bolívia, as mulheres bolivianas registradas como responsável ou cônjuge correspondem a 65% do total de casos. Esta superioridade numérica, no entanto, não explica a diferença apontada com relação aos casais exogâmicos, pois apesar de serem volumes pequenos, a ponderação dos números sobre exogamia com relação

à composição por sexo entre os imigrantes – especificamente os registrados como responsáveis pela família – ratifica a constatação de que as mulheres nascidas na Bolívia seguem o modelo de casais mistos mais frequentemente que os homens. Será que as bolivianas se comportam dessa maneira seguindo uma estratégia, nos moldes descritos no início deste texto? Ou será que a união exogâmica era a opção mais provável, em função da fragilidade da mulher imigrante associada à menor disponibilidade de parceiros conterrâneos?

Ademais, esse diferencial real, mas pouco importante quantitativamente, sugere que os dois sexos alimentam o modelo exogâmico. É provável, ainda, que isso ocorra por razões (ou segundo esquemas) diferentes. Considerando as interpretações baseadas nos diferenciais socioeconômicos entre membros de casais, costuma-se observar que as mulheres migrantes entram em uniões exogâmicas com mais frequência quando são pobres, ao contrário dos homens, cuja probabilidade de casar com uma mulher do país de recepção aumenta na mesma proporção que sua própria renda. O casamento de mulheres imigrantes decorreria, por exemplo, de uma desigual acessibilidade e integração no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Essa acessibilidade deficiente e desigual (o acesso é desequilibrado, assim como os salários), no caso das mulheres, resulta de vários fatores diretos (discriminação nas condições de acesso ao emprego, desvalorização de suas capacidades, etc.) ou indiretos (nível educacional mais baixo em consequência de um acesso limitado)⁷ que visam desqualificar as mulheres no mercado de trabalho e fariam com que a possibilidade de ascensão social *via* união com alguém em melhores

condições financeiras fosse a alternativa mais realista. No casamento com uma autóctone, o homem migrante “consolidaria”, de certa forma, sua posição social superior. Nos dois casos de exogamia, as mulheres, muito mais do que os homens, são equivalentes mais a objetos de troca do que a indivíduos que compartilham o mesmo motivo de aspiração ao matrimônio.

A distribuição dos imigrantes nascidos na Bolívia segundo o sexo mostra também que as mulheres aparecem com mais frequência nas famílias monoparentais (39% contra 16%), enquanto que os homens se concentram fortemente nos casais endogâmicos (66% contra 36%). Quando observadas essas bolivianas na chefia de famílias monoparentais, das quais fazem parte seu(s) filho(s) e, talvez, outros parentes e agregados, verifica-se que 70% delas têm pelo menos um filho nascido no Brasil. Além disso, essas mulheres têm uma média de 58 anos de idade e de 40 anos de tempo de residência no Brasil. Ou seja, a maior parte dessas mulheres está em avançado estágio de seu ciclo vital familiar, e com muito tempo de vida em território brasileiro. Muitos de seus filhos já têm netos – também nascidos no Brasil – e sua inserção na sociedade de recepção parece estar bem consolidada. Por outro lado, quase metade das mulheres classificadas como responsáveis em famílias monoparentais declarou estar separada ou solteira (ainda que com filho), e grande parte dessas bolivianas é jovem e com tempo de residência no país relativamente curto. Essas mulheres podem ter experimentado a vida no interior de uniões endogâmicas e seus arranjos familiares atuais serem resultado da dissolução do casal. Tais imigrantes podem, no futuro, decidir voltar a seu país com seu(s) filho(s) brasileiro(s) ou continuar no Brasil e

(re)planejar sua situação matrimonial, provavelmente com um parceiro brasileiro, se a situação atual se configura como tendência.

O TEMPO E AS FORMAS DE UNIÃO

Evidenciada a variedade de arranjos familiares e modalidades de união, cabe considerar a inserção do migrante na sociedade de recepção – especificamente, neste caso, em termos de seu comportamento matrimonial – a partir do estudo do tempo acumulado na migração. A idade é fator que define a posição, o papel, de qualquer indivíduo em sociedade, mas no caso do migrante a mudança de lugar de residência é um elemento a mais que influencia nos modos de sua socialização. Esses dois parâmetros, tempo e espaço, combinam-se para acelerar e reforçar, voluntária ou involuntariamente, a integração do indivíduo na sociedade. O resultado do processo migratório pode ou não se concretizar satisfatoriamente, mas é importante lembrar que se o projeto de migração leva uma ambição, um objetivo de superação individual, a sociedade como um todo, nos lugares de saída e recepção, não deveria esperar dos migrantes mais que dos demais membros do grupo⁸.

Assim, podemos pensar que a tendência de um grupo de imigrantes à exogamia cresce em função do tempo de residência de seus membros no lugar de destino. Com efeito, os chefes de família e seus cônjuges nascidos na Bolívia que formam casais endogâmicos (aproximadamente 50% de todos os casais) têm a mediana de tempo de residência no Brasil em 15 anos, enquanto os imigrantes bolivianos que são responsáveis pela família em casais exogâmicos têm essa mediana em 25 anos.

Poderíamos considerar, também, o tempo de residência dos imigrantes na chefia de família monoparental, acrescentando, assim, um grupo à nossa análise. Mas seria preciso “filtrar” o passado matrimonial dessas pessoas, especificamente para retirar do grupo quem se separou ou ficou viúvo. E, de fato, isolando os viúvos e os separados nessas famílias monoparentais, a mediana do tempo de residência no Brasil cai de 41 para 26 anos, ao mesmo tempo em que a mediana de idade cai de 59 para 50 anos, evidenciando a associação entre idade, situação do ciclo vital familiar e a exposição ao maior tempo de experiência migratória. Essa associação não se relaciona com as hipóteses deste trabalho, segundo as quais a união exogâmica seria um indicativo de maior integração do indivíduo migrante, ou de que a integração aumentaria com o passar do tempo, mas ela mostra como o processo migratório é um fator importante na dinâmica demográfica de um grupo social, conforme se afirmou anteriormente.

Outro problema surge ao estudar o tempo de residência: seria importante considerar o período de passagem de um estado conjugal a outro, de um comportamento endogâmico a um comportamento exogâmico. A exogamia de um grupo, no caso dos migrantes bolivianos, não depende somente deles como indivíduos, que é a forma como tendemos a considerá-los quando analisamos os dados. É preciso pensar que a própria sociedade de recepção evolui com o passar do tempo e modifica suas referências e atitudes perante os grupos alóctones, de forma genérica, por um lado, e segundo sua origem geográfica mais específica, por outro. Evidentemente, esse movimento não é linear, mas varia muito de um grupo a outro, e se define em função

de movimentos estruturais e fatos conjunturais, de ordem econômica (crises) ou política (relações internacionais).

Além disso, devemos considerar que a própria composição sócio-econômica do fluxo e seu perfil cultural evoluem. Disso resulta que, em primeiro lugar, a migração se transforma e, em segundo lugar, essa mudança vai implicar em contato com uma população diferente na sociedade de recepção, porque parece que os grupos sociais tendem a procurar ou relacionar-se com seus “semelhantes” na migração também, mesmo se a migração tende a favorecer uma leve, mas imediata, ascensão social. O refugiado político dos anos de 1970, por exemplo, apresentava um perfil urbano e qualificado, diferente dos bolivianos rurais e sem qualificação que, junto a nordestinos, chegaram a Corumbá nos anos de 1950 para a construção da estrada de ferro, enquanto que o predominante hoje é uma mão-de-obra pouco qualificada, cujas origens ou experiências são mais urbanas. Essas características vão determinar as modalidades de contato com a sociedade de recepção, pois cada grupo vai se posicionar espacialmente e socialmente de forma diferente, envolvendo segmentos diferentes da sociedade de recepção. Assim, a questão das origens desses migrantes será abordada no próximo segmento.

A IMPORTÂNCIA DAS CULTURAS E LUGARES DE ORIGEM DOS MIGRANTES

Não estudaremos a possível variabilidade da sociedade receptora, mas tão somente a da população boliviana, enfocando uma característica espacial: a origem geográfica

dos migrantes. Já existem estudos sobre essa questão, refletindo sobre como identidades territoriais tendem a se reproduzir na migração (Souchaud, S. e Baeninger, R., 2008 e 2009).

Na Bolívia, em 2001, 50% da população declarou ser indígena (INE, 2006). Essa proporção varia dentre os nove departamentos e atinge seus valores mais elevados nas regiões *altiplânicas* e mais baixos nos departamentos de planícies, e essa divisão topográfica coincide com uma disposição meridiana. Os departamentos orientais (com exceção dos departamentos de Chuquisaca e Tarija, que têm um perfil complexo) são regiões baixas, onde a proporção de indígenas varia entre 12% e 22% da população. Nos departamentos ocidentais, nas regiões altas, andinas, a proporção de indígenas varia entre 60% e 81% da população total. Em 2001, do total de indígenas com mais de quatro anos de idade⁹, 41% aprenderam a guarani quéchua, 27% aimará e 1,2% guarani, para mencionar as três principais línguas/culturas indígenas. Em 2001, 78% dos falantes da língua aimará moravam no departamento de La Paz e 61% dos falantes do idioma quéchua moravam nos departamentos de Cochabamba e Potosí. Em síntese, a sociedade boliviana andina é muito marcada pelas culturas quéchua e aimará (INE, 2006).

Observamos em nossa pesquisa de campo que a maioria dos imigrantes chefes de família nasceu no departamento de Santa Cruz (73%), região de planície pouco marcada pelas culturas indígenas andinas. Por outro lado, temos uma proporção menor (27%) de chefes imigrantes que nasceu nos Andes. A partir desta informação podemos comparar o comportamento em termos de exogamia das duas populações. Somente oito pessoas do altiplano (ou

12% deles) vivem em casais exogâmicos, sendo que 53 pessoas originárias do departamento de Santa Cruz (ou 25% deles) vivem essa forma de união. Esse dado se confirma na distribuição dos casais endogâmicos, para os quais a proporção de andinos sobe para 75% do total e a dos *cruceños* baixa para 38%.

Existiria, então, um efeito de distintividade maior no que se refere à questão da união exogâmica entre as populações andinas e as populações das regiões baixas da Bolívia, perante as populações brasileiras de Corumbá. Essa diferenciação é até mencionada pelos próprios moradores de Corumbá quando alguns, em certas ocasiões, insistem nas diferenças culturais que existem entre os andinos, as quais tenderiam a alimentar sua marginalização. Mas esta diferenciação poderia ser uma mera extrapolação subjetiva de diferenças de fenótipo, sendo os andinos mais facilmente identificados pelos aspectos físicos e rapidamente estigmatizados. Essa constatação deriva de observações elaboradas a partir de outros aspectos de sua socialização, segundo as quais os andinos conseguiam uma inserção na sociedade local, como ficou comprovado após o exame de seus lugares de residência na cidade ou de suas atividades profissionais (Souchaud, Baeninger, 2008).

CONCLUSÃO

Foi nossa intenção, neste trabalho, mostrar a associação do comportamento matrimonial de imigrantes bolivianos residentes no lado brasileiro da fronteira com elementos temporais e espaciais. A forma de inserção do migrante na sociedade de recepção é, muitas vezes, vinculada às modalidades de união em termos de endogamia ou

exogamia. Tais modalidades, por sua vez, são mais ou menos valorizadas – e até consideradas em termos de estratégia – em função de aspectos próprios da população nos lugares de origem e de destino, como cultura e economia locais, além de, especificamente para o caso de Corumbá-MS, políticas para região de fronteira, entre outros. Os dados resultantes de nossa pesquisa de campo, por sua vez, permitiram-nos elaborar quadros que mostram a estreita relação entre o tempo de residência, a região de origem do migrante e as opções de união em termos de endogamia ou exogamia.

A exogamia é um indicador da integração do migrante, mas não pode ter sua importância supervalorizada. Ao chegar à sociedade corumbaense, o migrante boliviano constrói e reforma suas fronteiras sociais em função da organização social local, mas também em virtude de seus próprios modelos de socialização, os quais carrega consigo como marcas de sua diferença. O mesmo povo boliviano, por sua vez, tem diferentes formas de interpretar e entender o mundo, dependendo de seu lugar e cultura de origem. A maior proporção de casos de endogamia entre os andinos, por exemplo, não pode ser imediatamente associada à dificuldade ou falta de interesse em termos de inserção desses migrantes, mas devemos aguardar – uma vez que migrantes originários da região *altiplânica* estão há menos tempo em Corumbá – para avaliar, por meio de outros indicadores, como eles se comportam, ou como estariam as gerações seguintes, caso eles decidam por se fixar permanentemente em território brasileiro.

Além disso, pudemos ver que o espaço fronteiriço tem características originais e complementares em relação, por exemplo, a São Paulo.

Esta cidade e suas particularidades de região metropolitana, apesar de sua riqueza e complexidade, não tem todos os elementos encontrados na população migrante de cidades como Corumbá e Guajará-Mirim. Estas e outras cidades brasileiras têm condições únicas de oferecer atrativos a migrantes, seja pela legislação específica em regiões de fronteira internacional, seja pela situação de proximidade espacial e, consequentemente, com melhor logística para a circulação de pessoas, bens e serviços. Em Corumbá, especificamente, tivemos também a ocorrência da construção da estrada de ferro, há mais de 50 anos. Considerando todos esses fatores, encontramos na cidade uma grande diversidade de perfis entre os bolivianos, o que amplia muito as possibilidades de análise da migração e de outros elementos associados, tal como o comportamento exogâmico dos migrantes na sociedade de destino.

* **Wilson Fusco é demógrafo, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).**

** **Sylvain Souchaud é geógrafo, pesquisador do Institut de Recherche pour le Développement (IRD-França) e colaborador do Núcleo de estudos de população (NEPO-UNICAMP).**

NOTAS

1 - Assimilação, integração e inserção descrevem o mesmo processo, mas com intensidades diferentes, sendo a assimilação um processo mais radical, completo e definitivo. No entanto, refletem também, em sociedades de intensa imigração, posturas ideológicas bastante diferenciadas, até opostas, num debate mais sensível.

2 - Inúmeros indicadores comprovam esse fato: desemprego, renda, situação nas cidades, escolarização, índice de encarceramento, taxa de mortalidade por causas violentas, etc.

3 - Cabe mencionar que consideramos neste estudo exclusivamente a área urbana do município de Corumbá que conta com 85.686 habitantes, ou seja, 90% da população total do município. Os imigrantes bolivianos, por sua vez, apresentam uma concentração de 97% na área urbana (IBGE, 2000).

4 - Nos dois casos existe um sub-registro dos imigrantes em proporções equivalentes (acreditamos), o qual tende, portanto, a se anular, permitindo comparar variáveis.

5 - A documentação da pesquisa pode ser consultada no sítio da internet: <http://www.nepo.unicamp.br/fotos/encuestacorumbaout2006.pdf>

6 - Neste texto, toda vez que mencionarmos uma relação ou posição não especificamente associada a um sexo, aplicaremos o masculino, seguindo a regra gramatical, para não carregarmos o texto. Por exemplo, para falar dos chefes e das chefas de família, escreveremos "os chefes de família" e não "o(a)s chefe(a)s de família".

7 - Esses fatores tendem a desaparecer rapidamente.

8 - É o que acontece quando, ultrapassando o âmbito individual ou familiar, espera-se das remessas financeiras dos migrantes benefícios econômicos e sociais para a sociedade em geral.

9 - Curiosamente, os menores de 4 anos são considerados como não falantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUECHLER, Simone
(2004) "Sweating It in the Brazilian Garment Industry: Korean and Bolivian Immigrants and Global Economic Forces in Sao Paulo". *Latin American Perspectives*, 31(3), p. 99-119.

CYMBALISTA, Renato & XAVIER, Iara Rolnik

(2007) "A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade". *Cadernos da metrópole* (17), São Paulo, p.119-133.

INE

(2006) *Bolivia: Características sociodemográficas de la población indígena*. La Paz, INE.

MANETTA, Alex
(2009) *Dinâmica populacional, urbanização e ambiente na região fronteiriça de Corumbá*. Dissertação de mestrado, departamento de demografia, Unicamp, Campinas.

SAFI, Mirna
(2008) "Inter-mariage et intégration: les disparités des taux d'exogamie des immigrées en France". *Population*, 63 (2), Paris, INED, p.267-298.

SILVA, Carlos Freire da
(2008) *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecção em São Paulo*. Dissertação de mestrado, departamento de sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Sidney Antônio da
(1997) *Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Paulinas Editora.

SILVA, Sidney Antônio da
(2003) *Virgem / Mãe / Terra. Festas e tradições bolivianas na metrópole*. São Paulo, Hucitec / Fapesp.

SILVA, Sidney Antônio da
(2005) *Bolivianos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

SOUCHAUD, Sylvain; CARMO, Roberto Luiz do; FUSCO, Wilson
(2007) "Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai." *Teoria & Pesquisa*, XVI (1), São Carlos, p. 39-60.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana

(2008) "Collas e Cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul". *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, ABEP, p. 271-286.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana

(2009/previsto) "Etudier les liens entre les migrations intérieures et internationales en suivant les trajectoires migratoires des Boliviens au Brésil". *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Poitiers.

MULHERES MIGRANTES NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Roberta Guimarães Peres*

Rosana Baeninger**

A migração internacional recente em território brasileiro já se apresenta como um fenômeno relevante, complexo e multifacetado da população há mais de 50 anos, em especial nas áreas de fronteiras. Os fluxos migratórios chamam a atenção pela complexidade e volume da circulação de pessoas e capitais, bem como pelos impactos nos espaços migratórios; diversos não somente em pontos de origem e destino, mas também em motivações, trajetórias e estratégias.

A fronteira Brasil-Bolívia abriga um movimento intenso entre os dois países, em ondas migratórias de diferentes intensidades (Silva, 1997). Neste contexto, surge o tema da migração feminina e seus diferenciais em todos os aspectos do fenômeno. Baseado numa pesquisa de campo realizada em Corumbá no fim de 2006, em parceria entre o NEPO (Núcleo de Estudos de População) e o IRD (Institut de Recherche pour le Développement) – França, este artigo se propõe a um olhar atencioso sobre as mulheres envolvidas neste fluxo migratório.

A perspectiva de gênero torna-se importante aporte teórico das migrações internacionais, porque revela questões latentes que por muito tempo foram deixadas de lado em função de análise voltada exclusivamente para os aspectos econômicos da migração internacional (Morokvasic, 2003; Boyd e Grieco, 2003). O migrante era definido como do sexo masculino, sem que se questionasse a presença das mulheres em fluxos migratórios, e seus diferen-

ciais e impactos causados pelo volume de mulheres que circulavam em espaços migratórios que eram definidos a princípio como masculinos (Morokvasic, 2003).

Neste sentido, relações de gênero construídas desde o lugar de origem dos migrantes e ao longo de todo o processo, delimitam, condicionam, configuram e orientam esses fluxos, através de diferentes vetores, tanto femininos como masculinos, tanto em relações familiares quanto na inserção dos migrantes em seus lugares de destino.

CORUMBÁ-MS: AS ESPECIFICIDADES DE UM LUGAR RECEPTOR DE MIGRANTES NA FRONTEIRA

Domenach (1996, p. 17) define em linhas gerais a configuração do contexto migratório atual no Mercosul: *“En el MERCOSUL, lo cierto es que la movilidad va en aumento, y los movimientos de población están siendo muy flexibles, mientras que las estadísticas oficiales persisten en subestimar los datos reales pues hacen referencia a una definición restrictiva de la migración, basada solamente en el cambio de residencia. Asistimos a una intensa recomposición de los territorios y de sus costumbres, lo que tiene fuertes incidencias en materia migratoria puesto que los hombres dependen cada vez más de los mecanismos de producción”*.

A “intensa recomposição dos territórios e de seus costumes” parece estar diretamente ligada à história migratória da América Latina, já que o fluxo Bolívia – Argentina de que trata

Domenach (1996) e também o fluxo Bolívia – Brasil são dinâmicos e ao longo de suas histórias se estenderam por lugares específicos de origem e destino, de modo a transformar os espaços em diferentes dimensões – sociais, demográficas, econômicas.

No caso específico do fluxo Bolívia – Brasil, Corumbá/Mato Grosso do Sul, reúne em si algumas características importantes que a fazem uma cidade chave na análise das trocas migratórias nesta fronteira. Segundo Oliveira (1998), “Corumbá é diferente por sua história, por sua geografia e por sua economia”. Num estudo comparativo entre cidades do Mato Grosso do Sul, Oliveira (1998) enumera múltiplas razões que diferenciam Corumbá e lhe atribuem especificidades que justificam sua condição de receptora de migrantes num fluxo que comporta correntes migratórias diferentes ao longo de 50 anos.

Há outra particularidade da cidade de Corumbá no que se refere ao seu papel no fluxo migratório de bolivianos. Localizada a 403km de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, e a apenas 5km de Puerto Quijarro – cidade fronteiriça boliviana, Corumbá mantém relações econômicas muito mais estreitas com a Bolívia do que com o Brasil (Oliveira, 1998). Esse é um traço que irá, ao longo da história migratória desta fronteira, alimentar em diferentes intensidades ondas de migrantes bolivianos. Essa proximidade – óbvia se pensarmos que se trata de região de fronteira, mas muito complexa se nos aprofundarmos nas relações intra-regionais – também se refletirá nos

processos migratórios como veremos adiante, na análise de trajetórias. Os migrantes bolivianos, antes de atravessarem a fronteira com o Brasil, protagonizam intensa migração interna na Bolívia. Isso também aponta para o fato de Corumbá/MS poder ser considerada etapa de um processo migratório essencialmente boliviano, e não brasileiro (Souchaud e Baeninger, 2008).

Uma consideração se faz importante: “contempla-se a migração internacional nas áreas de fronteiras como uma migração de vizinhança: fenômeno essencialmente local, onde a fronteira e seus moradores são considerados isolados das dinâmicas continentais” (Souchaud e Baeninger, 2008, p. 14). Ainda que os 200 km de fronteira Corumbá/MS com a Bolívia possam ser considerados isolados da dinâmica do próprio Mato Grosso do Sul, o papel de Corumbá na dinâmica migratória boliviana a coloca numa outra posição que não a “migração de vizinhança” tão comum em áreas fronteiriças.

Por fim, além dessa relação estreita com processos econômicos e do importante papel na dinâmica migratória da Bolívia, Corumbá apresenta ainda outra especificidade: “a cidade é um lugar estratégico de articulação dos fluxos de bens, pessoas e informações, configurando o denominado corredor bi-oceânico. Esse corredor agrega as duas margens litorâneas do continente, isto é, o sudeste brasileiro com os portos peruanos e chilenos do Pacífico, passando pelo eixo de concentração do povoamento boliviano Santa Cruz – Cochabamba – La Paz” (Souchaud e Baeninger, 2008, p. 5).

Dessa perspectiva, se diferencia a migração na fronteira Corumbá/MS com a Bolívia do caso dos *brasiguaios*, por exemplo, ou ainda de outros fluxos migratórios internacionais brasileiros, caracterizados por grandes distâncias. Para aprofundarmos a análise desse fenômeno, partiremos da questão da migração feminina, suas implicações,

impactos e novas explicações no âmbito da migração internacional.

GÊNERO E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Segundo Boyd e Grieco (2003), gradualmente, o gênero visto como variável foi aparecendo em um número cada vez maior de pesquisas. Não se questionava, no entanto, os modelos utilizados para explicar por que as pessoas migravam, para onde foram, como se integraram à sociedade receptora. Há diferenças entre homens e mulheres em todas essas dimensões, bem como papéis específicos, que o gênero visto como “variável” não explica.

As teorias feministas, ao longo dos anos 90, contribuíram pressionando por trazer o gênero ao primeiro plano das análises migratórias. A principal contribuição deste período foi o esclarecimento do gênero como socialmente construído, dinâmico e raiz de comportamentos, relações hierárquicas de poder, cultura, identidades (Boyd e Grieco, 2003; Pessar, 2003). Dessa forma, era superada a perspectiva de decisões individuais de migrar – essencialmente do sexo masculino – e, posteriormente, da teoria compensatória que incorporava mulheres nos movimentos migratórios sem que se pudesse chamar essa análise de *gendering migration* (migração de gênero). Isso porque, ao longo deste período, a preocupação maior dos pesquisadores era justamente compensar essa invisibilidade das mulheres em fluxos migratórios através de estudos de caso que se preocuparam apenas com o comportamento das mulheres ao longo da migração. Esse tipo de análise é pré-requisito para a construção de uma perspectiva de gênero (Harzig, 2003). No entanto, as relações de gênero socialmente construídas não eram explicadas por essa perspectiva teórica.

Outro importante aspecto da teoria feminista que contribuiu para a construção de uma perspectiva analítica da migração através do gênero é de que essa “construção social” – que se constitui em expressões de masculinidade e feminilidade e suas relações entre si – variam entre as sociedades. Desta forma, ao longo de um movimento migratório, as relações de gênero socialmente construídas se reafirmam ou se transformam, o que significa que ao mesmo tempo elas se constroem e se reconstróem socialmente através do tempo e do espaço (Boyd e Grieco, 2003).

Em especial no fluxo existente na fronteira Brasil – Bolívia, na cidade de Corumbá, a questão do gênero se faz fundamental: os diferenciais por sexo são latentes desde o planejamento migratório e as estratégias utilizadas. Os impactos desses diferenciais apontam para transformações no âmbito das famílias migrantes e na configuração do próprio fluxo já nos resultados preliminares da pesquisa realizada em Corumbá/MS.

A PESQUISA DE CAMPO EM CORUMBÁ/MS¹

A partir da seleção de domicílios onde pelo menos um dos chefes fosse nascido na Bolívia, foram levantados dados sobre as condições de moradia e a caracterização sócio-demográfica dos residentes desses domicílios, tendo como foco principal a reconstrução das trajetórias desses migrantes, em âmbito individual e relacionado a redes sociais de parentesco e amizade. Desta forma, o questionário foi aplicado a 215 domicílios, de acordo com o método “bola de neve”.

No caso da ENCOR (Encuesta Corumbá), procurou-se traçar um perfil consistente desses migrantes bolivianos, bem como de suas trajetórias, a fim de entender o papel de Corumbá/MS nesse fluxo migratório, as relações que os migrantes mantêm com este espaço definido e com outros que surgiram a

partir dos resultados da pesquisa (Souchaud e Fusco, 2007).

Uma especificidade do questionário da ENCOR era um módulo exclusivo para os bolivianos: a reconstrução do maior número de etapas migratórias antes da chegada a Corumbá/MS acabou revelando uma migração interna muito intensa na Bolívia, antes da travessia da fronteira rumo ao Brasil (Souchaud e Fusco, 2007). Daí pode-se detectar a presença de ondas migratórias diversas, que variaram no tempo e nos espaços de origem e destino em 50 anos de fluxo.

Algumas particularidades da pesquisa, no entanto, devem ser ressaltadas, principalmente se inseridas no âmbito da análise de gênero: a possibilidade de dissociação dos dados, a reconstrução das trajetórias migratórias de homens e mulheres, as informações sobre estratégias para migrar e o uso diferenciado de redes sociais são campos importantes de investigação sobre os diferenciais por sexo na migração, que não podem ser captados em outras fontes como os censos demográficos, por exemplo. Os resultados apresentados a seguir se referem justamente a estas particularidades mencionadas acima, tão valiosas para estudos de migração feminina.

OS PRIMEIROS RESULTADOS DA ENCUESTA CORUMBÁ

Apresentaremos, então, um perfil sócio-demográfico geral das mulheres bolivianas em Corumbá, suas trajetórias migratórias e as estratégias utilizadas por elas desde o planejamento da viagem, até os primeiros contatos no destino. O Gráfico 1 mostra as mulheres entrevistadas na pesquisa, segundo grupos etários e nacionalidade brasileira e boliviana.

Foram levantadas informações sobre 1.157 mulheres², sendo que destas, 676 são bolivianas, 470 são brasileiras e as 12 restantes são de outros países da América Latina. Para melhor visualização desses dados, levaremos em

conta apenas os dados sobre bolivianos e brasileiros.

De acordo com o Gráfico 1, notamos uma distribuição maior entre as mulheres bolivianas ao longo dos grupos etários. Uma questão muito importante é a segunda geração de migrantes: vale lembrar que as mulheres brasileiras entrevistadas nesta pesquisa de campo residem em domicílios onde pelo menos um dos chefes é boliviano. Ora, se é assim, fica clara então a onda da formação de uma segunda geração de

migrantes, filhos das mulheres bolivianas com mais de 50 anos que, se nascidos no Brasil, são brasileiros. O Gráfico 2 apresenta o período de chegada a Corumbá/MS dos bolivianos captados pela pesquisa.

A migração feminina sofre queda muito mais acentuada nos anos 1970, mas recupera-se ainda na mesma década e experimenta um incremento acentuado ao longo da década de 1980, para voltar a crescer no fim dos anos 1990. A variação do padrão masculino é mais

Gráfico 1: Distribuição das mulheres bolivianas e brasileiras segundo grupos etários

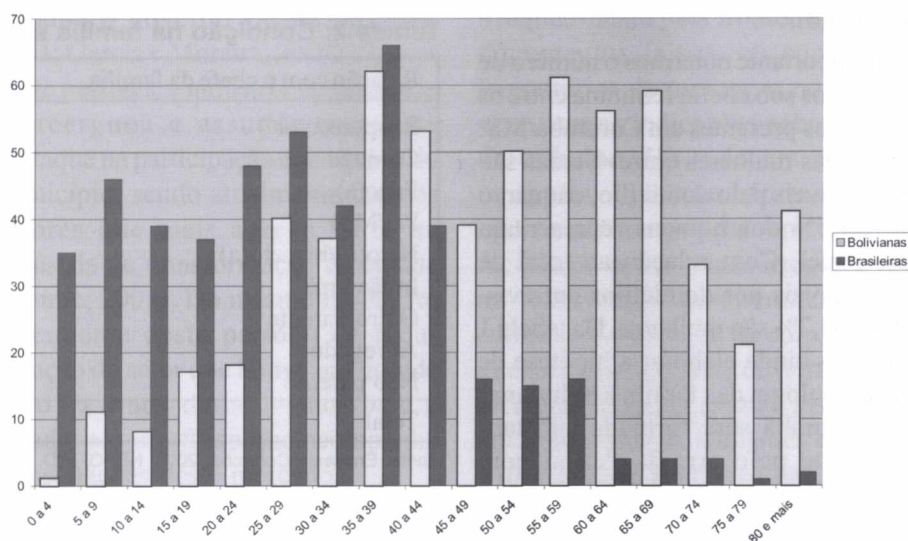
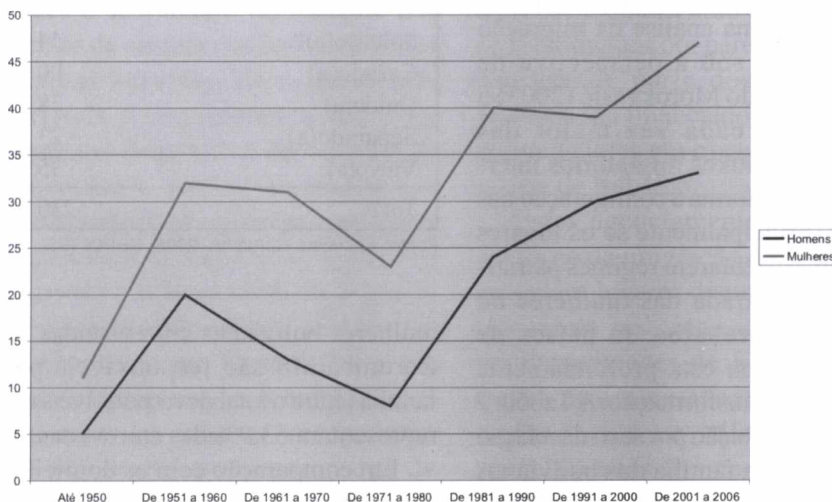


Gráfico 2: Período de chegada dos bolivianos a Corumbá – MS



Fonte: Encuesta Corumbá, 2006. NEPO/ IRD.

suave, mas ainda assim, dinâmica e em ascensão.

Uma das questões mais relevantes para análise da migração feminina são os papéis de gênero de cada um dos residentes no domicílio. Dessa forma, a condição na família e no domicílio são variáveis fundamentais para os diferenciais por sexo ao longo da trajetória migratória. A (re)configuração familiar tem um papel fundamental ao apontar transformações em relações de poder e gênero nas esferas privadas (âmbito domiciliar e familiar) e públicas (referentes principalmente à entrada da mulher no mercado de trabalho do país de destino).

É importante notarmos o número de domicílios sob chefia feminina entre os bolivianos presentes em Corumbá/MS: 58,3% das mulheres entrevistadas são responsáveis pelo domicílio, enquanto que 54,5% dos homens representam este papel. Com relação ao total de responsáveis por domicílios entrevistados, 64,7% são mulheres. Da tabela 1 podemos ainda elaborar a hipótese de que a tipologia das famílias bolivianas em Corumbá será formada substancialmente pelo arranjo “casal com filhos”, já que outras relações com o responsável apresentam frequências muito baixas.

O papel das mulheres frente à chefia das famílias também é elemento fundamental para uma análise da migração internacional sob a perspectiva de gênero. Segundo Morokvasic (2003) a participação cada vez maior das mulheres em fluxos migratórios internacionais transforma a configuração das famílias, principalmente se os lugares de origem sustentarem regimes patriarcalistas. A entrada das mulheres no mercado de trabalho de países de destino também está profundamente ligada a essa transformação. A Tabela 2 mostra a distribuição por sexo da relação com o chefe da família dos bolivianos em Corumbá; reforça os dados vistos anteriormente na Tabela 1: 60,0% das

Tabela 1: Condição no domicílio segundo o sexo.

Relação com o chefe do domicílio	Masculino	Feminino	Total
Responsável	73	134	207
Cônjuge	24	48	72
Filho(a)	23	27	50
Pai/Mãe	0	1	1
Neto(a)/bisneto(a)	1	0	1
Irmão/irmã	5	8	13
Outro parente	6	6	12
Agregado	0	1	1
Não parente	2	5	7
Total	134	230	364

Fonte: Encuesta Corumbá, 2006. NEPO/ IRD.

Tabela 2: Condição na família segundo o sexo.

Relação com o chefe da família	Masculino	Feminino	Total
Responsável	78	138	216
Cônjuge	23	50	73
Filho(a)	21	28	49
Pai/Mãe	0	1	1
Neto(a)/bisneto(a)	1	0	1
Irmão/irmã	5	7	12
Outro parente	5	1	6
Agregado	0	1	1
Não parente	1	4	5
Total	134	230	364

Fonte: Encuesta Corumbá, 2006. NEPO/ IRD.

Tabela 3: Status conjugal das mulheres, segundo país de nascimento.

Estado conjugal	Bolívia	Brasil	Total
	N	N	N
Solteiro(a)	44	139	183
Casado(a)	90	27	118
Unido(a)	28	14	42
Separado(a)	23	10	33
Viúvo(a)	35	6	41
Total	230	276	508

Fonte: Encuesta Corumbá, 2006. NEPO/ IRD.

mulheres bolivianas entrevistadas em Corumbá/MS são responsáveis pela família (entre o total de responsáveis elas representam 63,9% das entrevistas).

Em comparação com os domicílios sem a presença boliviana que foram entrevistados na pesquisa de campo, a

proporção de chefia da família entre as mulheres é de 10,1%. No entanto, é preciso atentar às informações do Gráfico 1, visto anteriormente, que mostra que a maior parte das brasileiras entrevistadas estava concentrada em grupos etários mais jovens, tendo peso

proporcional maior, sobretudo entre as filhas de responsáveis pelos domicílios e famílias.

No contexto da configuração familiar, o estado conjugal dos migrantes também tem grande importância para a análise de transformações de relações de gênero e papéis de cada indivíduo na hierarquia doméstica. De acordo com os dados da pesquisa de campo, as mulheres bolivianas e brasileiras têm o status conjugal revelado na Tabela 3.

Observa-se que 19,1% das mulheres bolivianas entrevistadas em Corumbá são solteiras, enquanto que 51,3% são casadas ou se encontram em uniões estáveis. O quadro entre as brasileiras carrega o diferencial de idade visto anteriormente: as mulheres brasileiras entrevistadas têm idade média inferior que as bolivianas (21 e 44 anos, respectivamente).

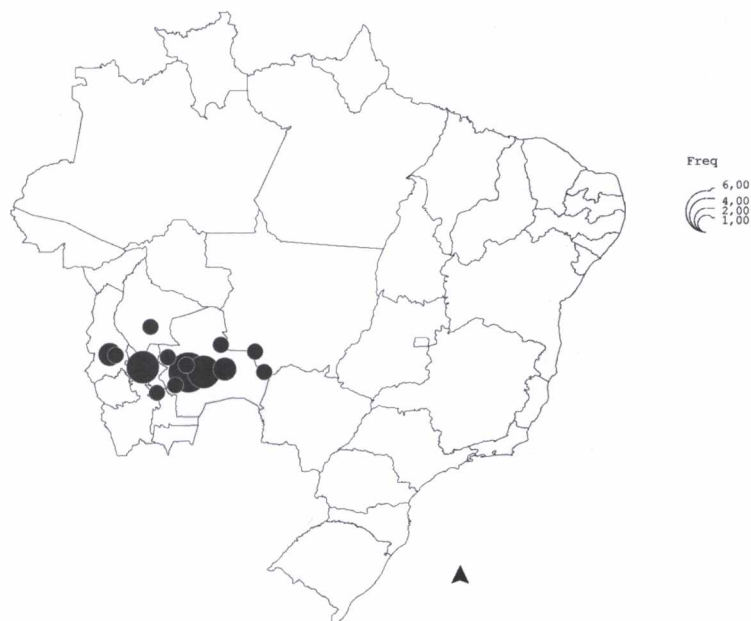
De acordo com os dados, 67,4% dessas mulheres que se encontram casadas ou em uniões estáveis atingiram esse estado conjugal no Brasil, após a chegada a Corumbá. Com esse dado fica descartada a possibilidade do alto número de mulheres neste fluxo migratório impulsionado por questões ligadas à reconfiguração familiar, ou simplesmente da mulher num papel secundário de acompanhante.

Um dos principais vetores que diferenciam homens e mulheres ao longo de trajetórias migratórias são as estratégias utilizadas para a realização da migração, o que inclui a relação com os lugares que compõem o fluxo, a utilização desses espaços como recursos migratórios e ainda a relação do uso desses recursos com o ciclo de vida dos migrantes.

Como mencionado anteriormente, o movimento de migração interna pelo qual passam os migrantes bolivianos antes de atravessarem a fronteira é elemento constituinte do processo migratório que atravessa o limite nacional (Souchaud e Baeninger, 2008). O Mapa 1 mostra as mulheres bolivianas

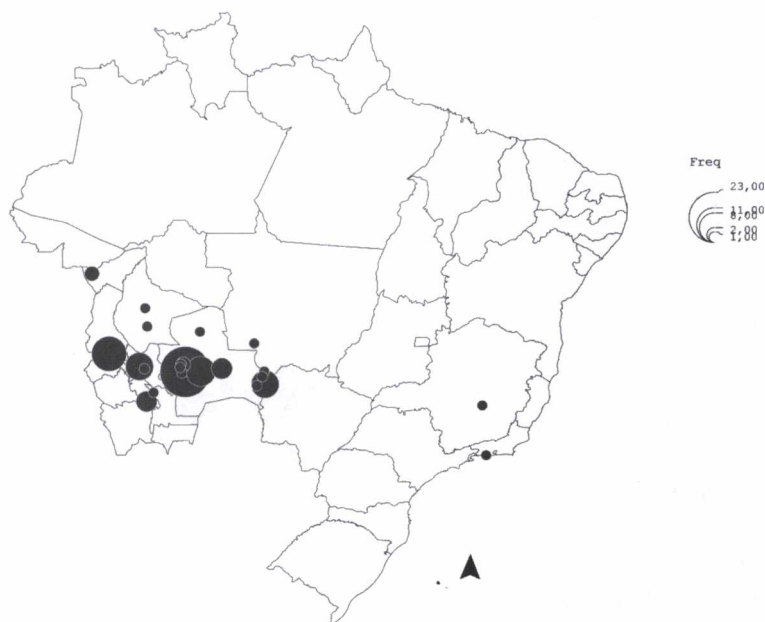
Mapa 1: Mulheres bolivianas residentes em Corumbá, em 3 etapas migratórias anteriores.

Corumbá menos 3



Mapa 2: Mulheres bolivianas residentes em Corumbá, em 2 etapas migratórias anteriores.

Corumbá menos 2



Fonte: Encuesta Corumbá, 2006. NEPO/IRD.

que residiam em Corumbá no momento da pesquisa em 3 etapas migratórias anteriores.

Uma das particularidades do questionário aplicado em Corumbá/MS está relacionado justamente às trajetórias: um histórico era recomposto pelo entrevistado no sentido inverso do próprio fluxo. Desta forma, partindo da chegada a Corumbá, os bolivianos iam recompondo suas trajetórias, etapa por etapa, da mais recente à mais antiga.

Assim chegamos às trajetórias reconstruídas desses migrantes: a forte migração interna antes do cruzamento da fronteira rumo a Corumbá verificada para a população migrante em seu conjunto (Souchaud e Baeninger, 2008) também ocorre para as mulheres. No Mapa 1 vemos que há, à exceção de duas concentrações em Santa Cruz e La Paz, uma dispersão relativamente longe da fronteira com o Brasil, espalhadas por vários departamentos bolivianos.

À medida que as etapas migratórias vão avançando, uma espécie de eixo é formado em direção à fronteira com o Brasil e, mais adiante, em direção a Corumbá. O Mapa 2 mostra as mesmas migrantes duas etapas antes de chegarem a Corumbá.

É importante ressaltar que a cada etapa migratória aumenta o volume de mulheres, já que nem todas cumpriram o mesmo número de etapas. Assim, podemos observar no mapa 2 uma concentração maior na fronteira, e, ao longo dos departamentos, uma certa convergência de outros polos que se formaram, bem como a presença, ainda que num volume muito baixo, de migrantes bolivianos, a duas etapas da chegada a Corumbá, já em território brasileiro: em Minas Gerais e Rio de Janeiro. O Mapa 3 mostra a última etapa antes da chegada a Corumbá.

Uma possibilidade de análise das trajetórias permitida pelo banco de dados é a separação das etapas migratórias e do lugar de nascimento. Assim, estão ilustradas no Mapa 3 apenas as mulheres

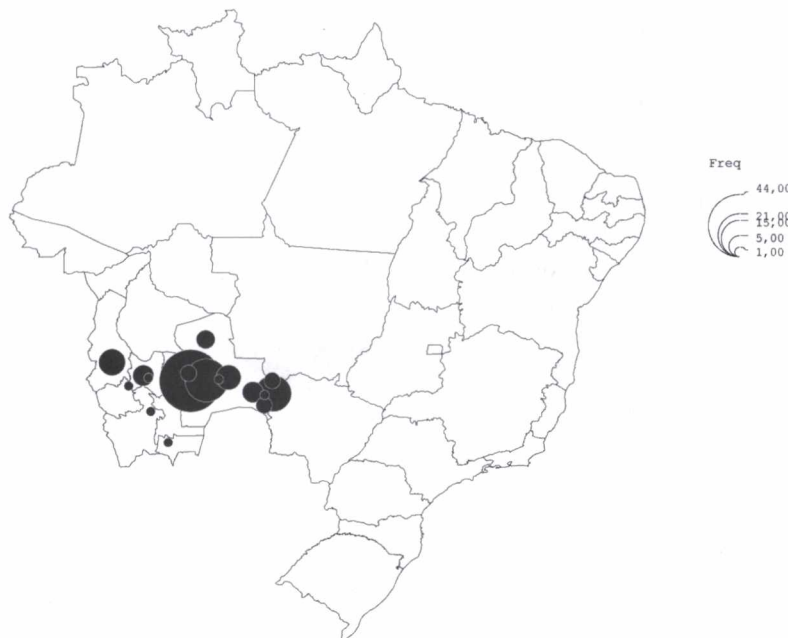
Mapa 3: Mulheres bolivianas residentes em Corumbá, em uma etapa migratória anterior.

Corumbá menos 1 (exceto município de nascimento)



Mapa 4: Mulheres bolivianas residentes em Corumbá, segundo lugar de nascimento como única etapa migratória.

Município de Nascimento para Corumbá



Fonte: Encuesta Corumbá, 2006. NEPO/IRD.

que passaram por uma etapa migratória antes de chegar a Corumbá/MS. Ou seja: elas passaram por esta etapa antes de chegarem ao destino final (no momento da pesquisa de campo).

Outros polos de concentração surgem à medida em que a trajetória vai chegando ao final. Há um número maior de pessoas já concentradas em cidades fronteiriças, como Puerto Quijarro e Puerto Suarez e, ao mesmo tempo, a dispersão entre os departamentos bolivianos diminui.

Finalmente, o Mapa 4 mostra as migrantes que saíram do lugar de nascimento e, sem passar por qualquer etapa anterior, migraram para Corumbá/MS.

Entre as mulheres bolivianas que não cumpriram outra etapa migratória que o próprio lugar de nascimento, a distribuição é a esperada: concentração em lugares como Santa Cruz e La Paz, e também já na região de fronteira, afastando assim esse grupo da intensa migração interna em território boliviano antes da chegada a Corumbá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado que a presença feminina boliviana em Corumbá/MS se apresenta com importância histórica relevante ao longo do século XX, a questão do gênero na migração surge como importante perspectiva de análise. O fato de mulheres bolivianas serem maioria num fluxo migratório na fronteira entre dois países aponta para diversas especificidades deste processo, que só poderão ser analisadas levando em consideração diferenciais por sexo e as transformações em relações de gênero ao longo da migração.

Desta forma, Morokvasic (2003) chama a atenção para importantes questões, como as diferentes estratégias e trajetórias migratórias de homens e mulheres. Ao mesmo tempo, diferenças em processos de inserção na sociedade de destino revelam mercados específicos de homens e mulheres

bolivianos em Corumbá, profundamente ligados à cultura boliviana de divisão sexual do trabalho (Allen, 1981). A tradição econômica comercial corumbaense acaba criando vínculos com a inserção das mulheres em mercados de trabalho específicos, sobretudo em feiras.

A questão das transformações nas relações de gênero também é marcante no fluxo de bolivianos para Corumbá. O empoderamento feminino, o ganho de autonomia na gestão de recursos familiares, o incremento do poder de decisão na família, são características das mulheres bolivianas envolvidas neste fluxo migratório.

É importante destacar ainda a importância de aspectos e tradições bolivianas nas especificidades deste fluxo migratório. As estratégias e trajetórias migratórias das mulheres são construídas através de relações rituais de parentesco, como o apadrinhamento. O comércio na Bolívia – culturalmente menos valorizado – é atividade feminina. O trabalho no campo, este sim, muito valorizado nas culturas quéchua e aymara, é tradicionalmente trabalho de homens (Allen, 1981). Ao cruzar a fronteira, essas relações sofrem abalos, uma vez que o comércio é a principal atividade da região, que, por seus aspectos naturais, tem dificultada a produção agrícola. Reconfiguração de relações de gênero na família, empoderamento feminino, cultura e tradição, diferenciais de sexo ao longo do projeto migratório, são questões que devem ser levadas em conta para compreender o fluxo de bolivianos no Brasil e especialmente em Corumbá, uma fronteira de dinâmica própria.

* **Roberta Guimarães Peres é Doutoranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas – IFCH/NEPO.**

** **Rosana Baeninger é do Departamento de Demografia – IFCH e Coordenadora do Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP.**

NOTAS

1 - Inserida num amplo projeto de pesquisa intitulado "Espaços migratórios e a problemática ambiental no MERCOSUL" em parceria entre o NEPO e o IRD-França, a pesquisa ENCOR (Encuesta Corumbá) foi realizada no município em outubro de 2006, com o objetivo principal de (re)construir o espaço migratório existente na fronteira entre Brasil e Bolívia naquela região, sob a coordenação de Sylvain Souchaud e Wilson Fusco.

2 - Incluindo-se as não-residentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, C. J.
(1981) "Be a quéchua". In: *American Ethnologist*, vol. 8, nº1. Blackwell Publishing on behalf of the American Anthropological Association. Washington.
- BOYD, M. e GRIECO, E.
(2003) *Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory*. Migration Policy Institute, Washington.
- DOMENACH, H.
(1996) "De la 'migratologie'..." In: *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 12, n. 2, Poitiers.
- HARZIG, C.
(2003) "Immigration policies: a gendered historical comparison". In: MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (orgs.) *Crossing Borders and shifting boundaries*, v. 1, Oplanden.
- MOROKVASIC, M.
(2003) "La mobilité transnationale comme resource: le cas des migrants de l'Europe de l'Est". In: *Cultures et Conflits*, v. 32. Paris.
- OLIVEIRA, T.
(1998) *Uma fronteira para o por do sol*. Universidade do Mato Grosso do Sul, Ed. UFMS, Campo Grande.
- PESSAR, P. R.
(s/d) "The Linkage Between the household and workplace of dominican women in the U.S.". *International Migration Review*, v. XVIII, n. 4.
- SILVA, S. A. da
(1997) *Costurando Sonhos: Etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo*. São Paulo, Ed. Paulinas.
- SOUCHAUD, S. e BAENINGER, R.
(2008) *Diferenciais da Imigração Boliviana em Corumbá: resultados da pesquisa de campo*. Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços. UFMS-MS.
- SOUCHAUD, S. e FUSCO, W.
(2007) *Documentação da pesquisa de campo Encuesta Corumbá*. Disponível em: www.nepo.unicamp.br

Nossa Biblioteca *Nossa Biblioteca* *Nossa Biblioteca* *Nossa Biblioteca* *Nossa Biblioteca* *Nossa Biblioteca*

VÍNCULOS ENTRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E A MIGRAÇÃO INTERNA

O Caso dos Bolivianos no Brasil

Rosana Baeninger
Sylvain Souchaud

CEPAL/CELAD, Brasília, 2007, 34 p.

Este estudo busca identificar e analisar as relações, conexões e complexidades existentes entre a migração internacional e a migração interna. Neste caso, será considerado determinado contingente de migrantes internacionais, tomando como ponto de partida os bolivianos na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul. Desse modo, para o entendimento dos vínculos entre esses dois movimentos, é preciso que se considere a migração interna tanto dentro da Bolívia e seus movimentos migratórios internacionais quanto os movimentos migratórios de bolivianos que ocorrem dentro do Brasil.

LA MIGRACIÓN EN LA CIUDAD DE SANTA CRUZ

José Mirtenbaum
Víctor Codina
Tito Antonio López

Ed. Seapas, Santa Cruz de la Sierra, 2000, 52 p.

Este livro apresenta o problema da migração em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, sob diferentes ângulos: como fenômeno demográfico, sócio-cultural e econômico. Reflete a partir de um ponto de vista cristão, tecendo uma análise jurídica e ética. Esta publicação destina-se aos agentes sociais que diariamente têm contato com os migrantes.

LA GLOBALIZACIÓN DESDE ABAJO

Transnacionalismo inmigrante y desarrollo

Alejandro Portes
Luis Guarnizo
Patricia Landolt (orgs.)

FLACSO/Miguel Angel Porrúa, México, 2003, 405 p.

Os migrantes internacionais sempre se mantiveram ligados às suas sociedades de origem. Recentemente, porém, essas conexões alcançaram níveis inusitados não em volume e intensidade, mas também pelo seu poder de transformação. As relações transnacionais converteram-se em pontes que conectam Estados-Nação e comunidades através das fronteiras nacionais, num processo de globalização a partir de baixo, ou transnacionalismo migrante. Os artigos reunidos neste volume estudam este fenômeno a partir da experiência de imigrantes que une Estados Unidos e América Latina.

MIGRACIÓN INTERNA EN BOLIVIA

Causas y consecuencias

Victor Vacaflares Pereira

CEF/PLURAL, La Paz, 2004, 185 p.

Trata-se de um estudo pioneiro sobre a migração interna da Bolívia no contexto do neoliberalismo e sua relação com os desafios econômicos do país. Concentrando-se particularmente nos fluxos ocorridos entre 1985 e 2000, aborda suas causas conjunturais e estruturais, bem como os efeitos decorrentes da política econômica. Por fim, procura refletir sobre linhas de uma política migratória a partir desse quadro.

CAMBIO CULTURAL EN TORNO A LA SALUD EN MIGRANTES AYMARAS HACIA LA CIUDAD DE EL ALTO URBANIZACION VILLA ADELA (1980-1990)

Aurora Bellido Gómez

Tese de Doutorado em Antropologia, Universidad Mayor de San Andres, La Paz, 1991, 225 p.

O objetivo geral desta investigação é o de restabelecer qual a mudança cultural que se estabelece em torno da saúde dos migrantes aymaras em 'El Alto Urbanizacion Villa Adela', Bolívia. Compreender os efeitos que o processo migratório tem sobre as condições de saúde e sobre a utilização de serviços médicos consequentes do encontro de culturas diferentes e que produzem mudanças culturais na saúde em ambas direções. Este trabalho parte da necessidade de analisar a mudança cultural na saúde dos migrantes aymaras numa perspectiva antropológica, tanto qualitativa, quanto quantitativamente, pois é a melhor forma de relacionar os aspectos econômicos e culturais dos processos de migração-saúde.

MIGRACIÓN INTERNACIONAL, DERECHOS HUMANOS Y DESARROLLO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Síntesis y conclusiones

Naciones Unidas / Cepal

CEPAL, Montevideo, 2006, 59 p.

Com o advento da globalização, a América Latina inverteu suas tendências históricas de receptor de população, para um continente de emigração. Nesse sentido, este estudo analisa as intersecções entre o processo da globalização e as migrações, o respeito pelos direitos humanos e o desenvolvimento da região. Problematisa em particular as relações de gênero, a remessa de divisas e a fuga de cérebros.

A TRAVESSIA ESTÁ EM TRAVESSIA

A VOCÊ QUE JÁ ESCREVEU PARA A TRAVESSIA
OU PRETENDE ESCREVER, INFORMAMOS:

A Revista está deixando de ser monotemática para assumir um formato mais aberto e flexível, por isso, a partir de agora, a qualquer momento você pode enviar textos que tenham a ver com a realidade dos migrantes.

Por já terem sido anunciados os próximos dois números, serão mantidas as temáticas **Mobilidade Pendular e Trajetos & Paisagens**, o que não impede que textos outros sejam publicados.

Após 20 anos de estrada, o Conselho Editorial iniciou um processo de avaliação - mudanças estão em curso. A *TRAVESSIA* está em Travessia. Não perca este bonde. Socialize os resultados de suas reflexões para além da esfera acadêmica, pois não basta compreender a realidade, é necessário transformá-la. Para maiores informações acesse **www.cemsp.com.br**

N. 64 - MOBILIDADE PENDULAR

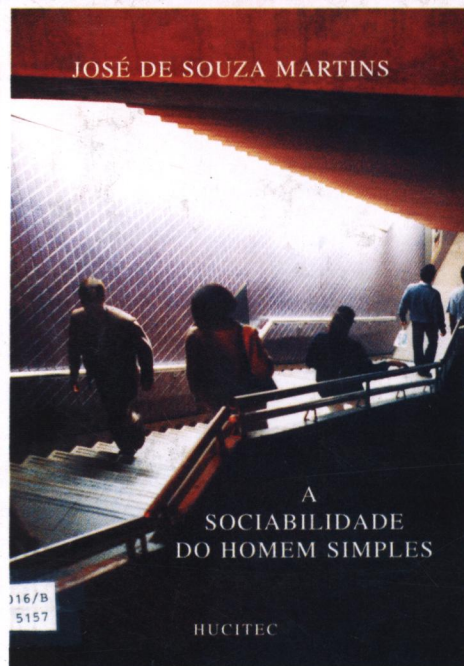
A mobilidade, ou deslocamento, pendular, diz respeito ao deslocamento diário ou frequente de moradores urbanos, para atividades cotidianas de trabalho, estudo, lazer, acesso a serviços públicos e comerciais. Pode ocorrer na escala tanto intra-metropolitana quanto entre centros urbanos menores e suas causas se relacionam ao aumento no custo da moradia em áreas centrais e à desconcentração espacial das atividades econômicas.

Diferentemente das migrações com deslocamentos não repetitivos, intervalos de tempo mais longos e distâncias maiores, a frequência da mobilidade pendular se liga à separação das esferas da vida cotidiana entre localidades relativamente próximas. Acarreta, para os sujeitos em movimento, custos emocionais, monetários, de tempo, representando um desafio ao poder público, além de uma área de investigação para os estudiosos da urbanização e das migrações.

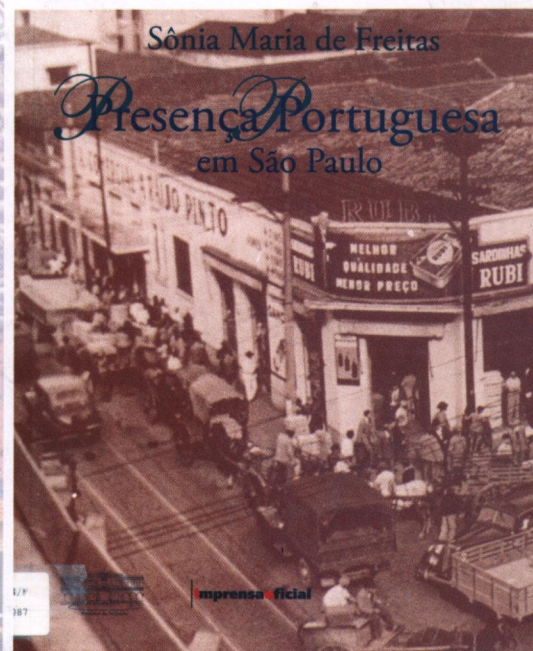
N. 65 - TRAJETOS & PAISAGENS

No mundo globalizado em que vivemos, os deslocamentos multiplicam-se e tornam-se cada vez mais variados. Os migrantes, deslocados, refugiados, turistas, modificam seus trajetos, os roteiros de seus deslocamentos, na medida em que enfrentam novas dificuldades e buscam criar suas estratégias de sobrevivência, ou então quando surgem novas oportunidades de trabalho e lazer. Tornam-se parte da paisagem nos lugares em que se inserem ou por que passam, produzindo diferentes tipos de reações pela interação com o ambiente e os outros grupos humanos. Essa interação cria novas visões de mundo e torna a experiência da realidade mais fluida social e culturalmente. Também o olhar dos migrantes vai assim se redimensionando, pois aprendem por meio dos diferentes trajetos e paisagens a rever a trajetória de suas vidas sob outros olhares.

ESPAÇO ABERTO À DIVULGAÇÃO DE LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA DO CEM, ESPECIALIZADA EM MIGRAÇÕES



O livro trata da vida social, do imaginário e da visão de mundo do homem simples e cotidiano cuja existência é atravessada por mecanismos de dominação e alienação que distorcem sua compreensão da história e do próprio destino. A questão é saber como a História irrompe na vida de todo dia. Nesse sentido, a partir da sociologia de Henri Lefebvre, o autor procura interpretar a modernidade brasileira com o uso das conceituações de história e cotidiano. O livro também traz uma proposta metodológica: a de tomar o que é liminar, marginal e anômalo como referência da compreensão sociológica.



Por constatar que na historiografia brasileira o estudo sobre a imigração portuguesa ainda representava uma lacuna, a autora dedicou-se em recuperar o processo imigratório dos portugueses para o Estado de São Paulo. A tarefa não foi fácil como poderia à primeira vista parecer, pois a documentação, além de escassa, está dispersa. Das associações e jornais produzidos na comunidade na Primeira República, para citar um exemplo, a maioria desapareceu sem deixar rastro. Por isso, para resgatar o trabalho, o cotidiano, a economia, a sociedade e a herança cultural da comunidade portuguesa, Sônia, especialista em História Oral, entrelaçou Memória e História.



O dramático quadro de secas que atingiu o sertão nordestino e especialmente o Ceará, a partir de 1877, inviabilizou, para grandes contingentes de população, a manutenção de seu tradicional modo de vida. O abandono da terra tornou-se inevitável. A maior parte foi encaminhada à Amazônia, mas o Centro-Sul também se beneficiou dessa mão-de-obra, onde os retirantes, mesmo vítimas de preconceitos em relação à sua capacidade de adaptação ao trabalho regular, foram utilizados como força de trabalho suplementar ao escravo e ao imigrante. Com financiamento do Estado, organizou-se a retirada de contingentes que foram

empregados nas fazendas de café e participaram da conformação do mercado de trabalho livre, no momento em que o fim da escravidão colocava em xeque o crescimento da cafeicultura.